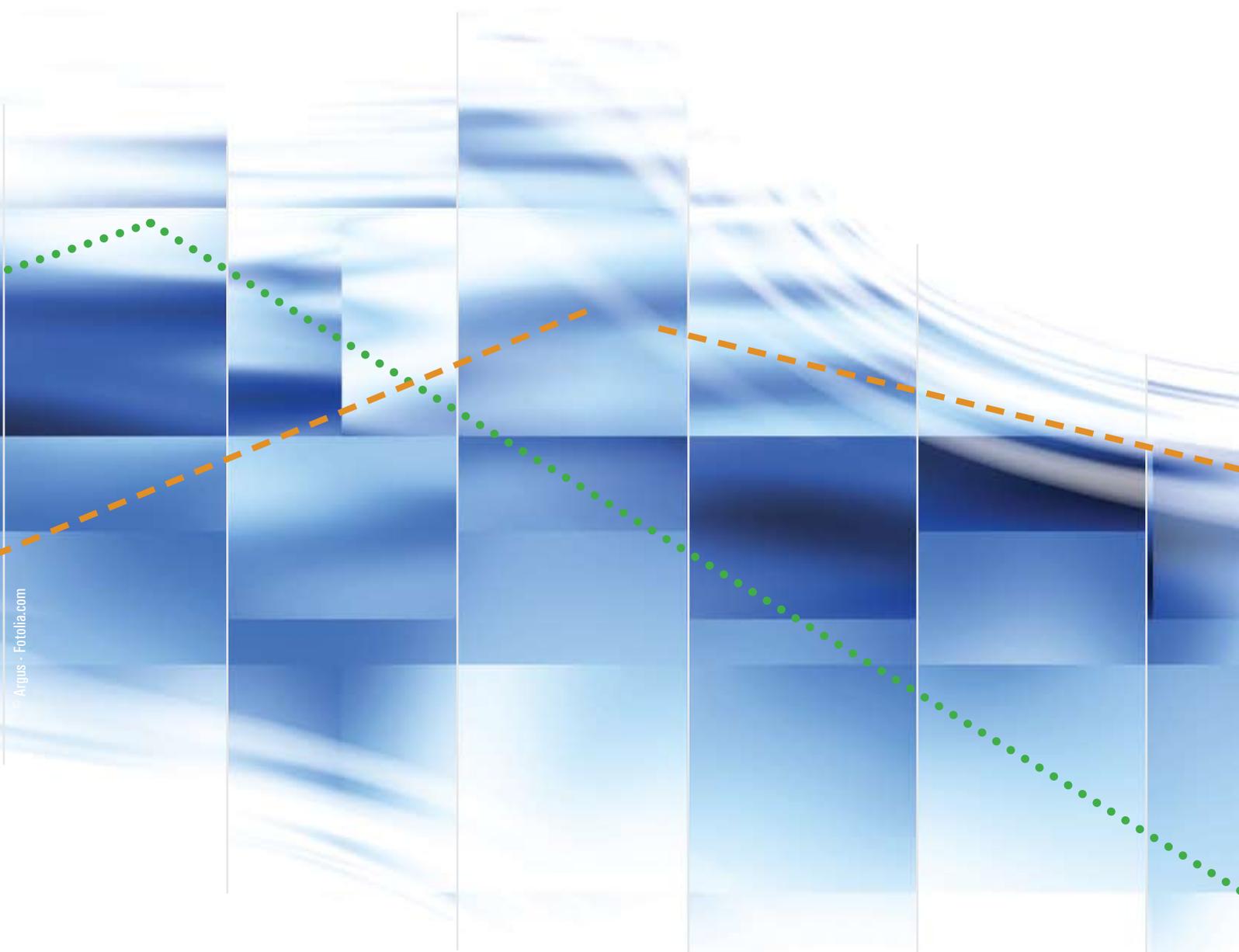


# relatório e contas

# 2010



# Índice

I	Relatório.....	3
II	Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2010 .....	14
III	Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas.....	15
IV	Demonstração de Fluxos de Caixa.....	16
V	Demonstração Individual das Alterações do Fundo Social no Período de 2009 e 2010 .....	17
VI	Anexo .....	18
VII	Mapas Complementares .....	29
VIII	Diferença entre as Verbas Orçamentadas e as Despendidas no ano de 2010 .....	30
IX	Mapa do Movimento Associativo e Quotização de 2010.....	32
X	Casas Adquiridas ou Hipotecas Transferidas durante o ano de 2010 .....	33
XI	Certificação de Contas .....	34
XII	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	36



# Prezados Consócios

## Apresentamos à vossa apreciação e aprovação o Relatório e Contas do ano de 2010.

### I. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente relatório pretende ser um documento de análise e de avaliação da execução global da Actividade e Orçamento de 2010 do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado.

Como sabem não é da nossa responsabilidade, a gestão do ano de 2010 agora em análise por esta Assembleia-geral, mas as regras estatutárias (art.º 99º dos Estatutos) determinam que o levemos à consideração dos venerandos sócios para a aprovação.

### I - APRESENTAÇÃO DO COFRE

#### I. Movimento Associativo

##### Análise no Triénio

Sócios	2008	2009	2010	%2008/ 2010
Admitidos	870	1.079	1.038	19,31
Readmitidos	9	31	13	44,45
<b>Total</b>	<b>879</b>	<b>1.110</b>	<b>1.051</b>	<b>19,57</b>
<b>ELIMINADOS</b>				
Por incumprimento	238	406	385	61,77
A pedido do sócio	403	323	351	-12,91
Nos termos do Artº 14º. a)	61	39	84	37,71
<b>Total Eliminados</b>	<b>702</b>	<b>768</b>	<b>820</b>	<b>16,81</b>
Falecidos	720	731	722	0,28
<b>Existentes</b>	<b>53.333</b>	<b>52.944</b>	<b>52.453</b>	

a) Quando os sócios atingem os 65 anos de idade, podem pedir a sua eliminação de sócios, devendo então ser-lhes restituída a importância correspondente a 50 % das quotas pagas, deduzida da quantia que tiverem recebido a título de reembolso dos vencimentos perdidos por doença.

Quadro I

##### Sócios Existentes

	Sócios Existentes	%
2010	52.453	- 0,93
2009	52.944	- 0,73
2008	53.333	- 1,01

Quadro II

Como se pode verificar pelo gráfico da fig. I a evolução do movimento associativo no triénio em análise, caracterizou-se, por um decréscimo do número total de sócios. A entrada de novos sócios não foi suficiente para colmatar a eliminação dos sócios falecidos e por outras causas. Julgamos que a principal causa do acréscimo da saída dos sócios, se deve às dificuldades que todos atravessamos no âmbito socioeconómico e financeiro.

Sócios admitidos, readmitidos, eliminados e falecidos

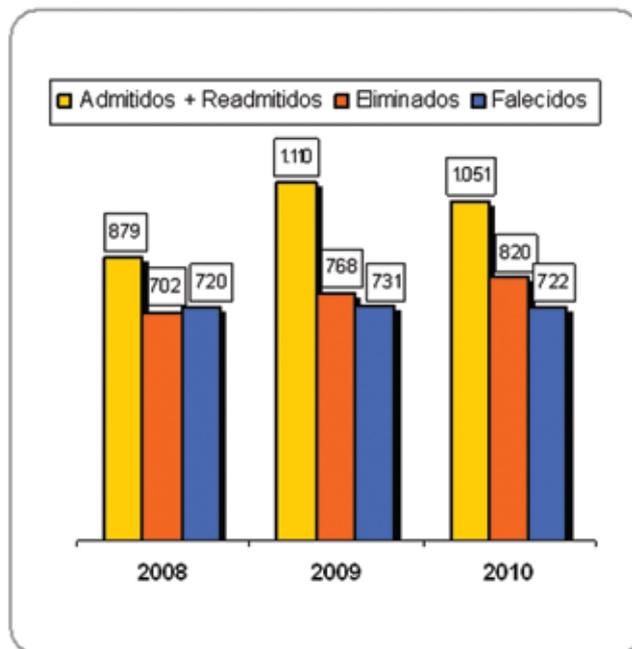
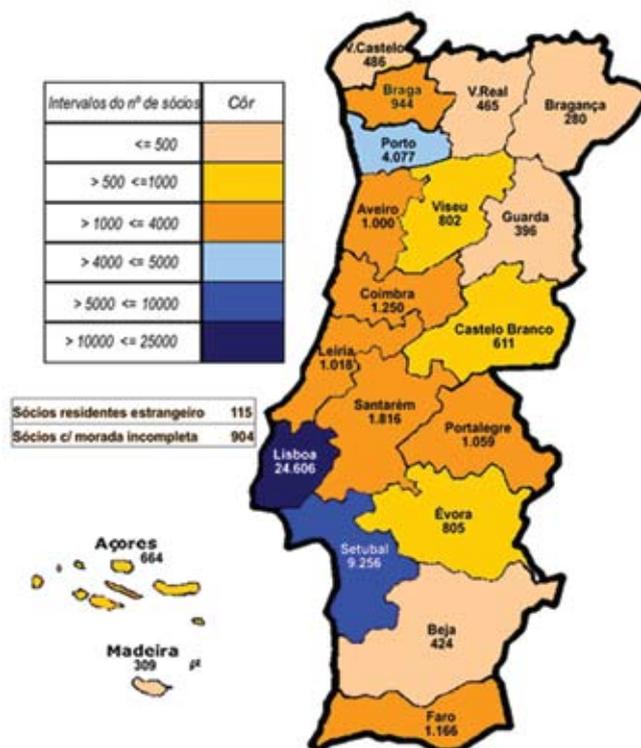


Fig. I

#### I.1. Distribuição dos sócios por distritos

A distribuição geográfica dos sócios corresponde, na generalidade, à distribuição dos funcionários públicos, com excepção do Distrito de Setúbal, que é o segundo em número de sócios, ultrapassando o Porto, que está em terceiro lugar.



### 1.2. Distribuição dos sócios por faixas etárias

A distribuição dos associados por faixas etárias apresenta-se conforme Fig. 2, podendo observar-se o peso percentual também no Quadro III:

Número de sócios por faixas etárias

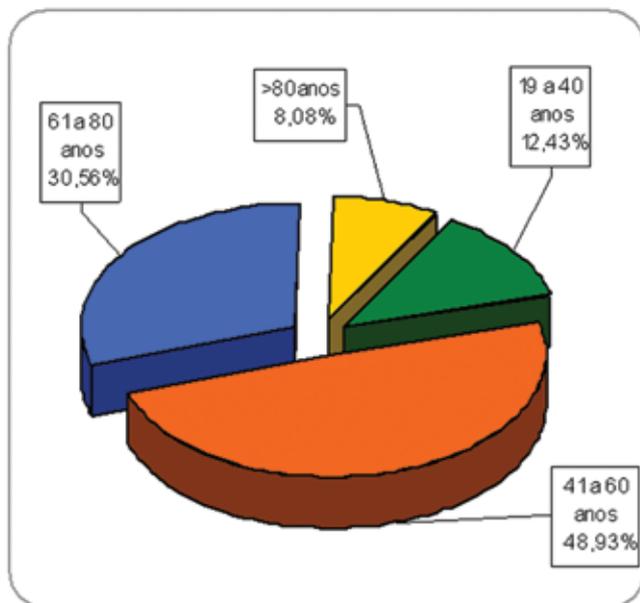


Fig. 2

Idades	2009		2010	
	Nº Sócios	%	Nº Sócios	%
19 a 40 anos	6.875	12,99	6.518	12,43
41 a 60 anos	26.243	49,57	25.666	48,93
61 a 80 anos	15.721	29,69	16.033	30,56
> 80 anos	4.105	7,75	4.236	8,08
<b>Total</b>	<b>52.944</b>	<b>100,00</b>	<b>52.453</b>	<b>100,00</b>

Quadro III

Na distribuição dos associados por faixas etárias, constata-se que apenas 12,43 % dos sócios inscritos - 6.518 - têm idades compreendidas entre os 19 e os 40 anos. Trata-se de um número baixo, digamos, perigosamente baixo susceptível, se nada for feito no presente, de colocar em risco a sustentabilidade do Cofre para os próximos 30 ou 40 anos. Temos de fazer um investimento grande na criação de novos mecanismos para a captação de novos sócios principalmente naquela faixa etária.

### 1.3. Comunicação com os sócios

A Direcção continuou a apostar na diversificação e intensificação da comunicação com os sócios. Para além dos meios institucionais (cartas, anúncios, telefone, etc.), a Instituição utiliza também a Revista “O Cofre” de publicação trimestral, a Internet e o e-mail.

Relativamente ao site, pelo gráfico e quadro, podem observar que o número de visitas aumentou 13,58 % relativamente ao ano de 2009.

Número de visitas ao site

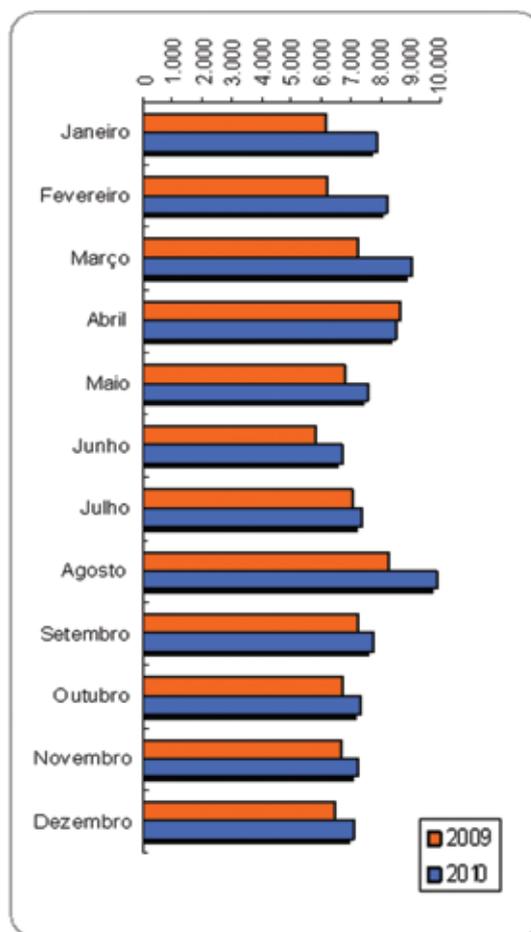


Fig. 3

Meses	Nº de Visitas		
	2009	2010	% Crescimento
Janeiro	6.133	7.843	27,88
Fevereiro	6.217	8.190	31,74
Março	7.226	9.057	25,34
Abril	8.643	8.507	-1,57
Mai	6.795	7.553	11,16
Junho	5.816	6.718	15,51
Julho	7.029	7.368	4,82
Agosto	8.259	9.849	19,25
Setembro	7.231	7.749	7,16
Outubro	6.693	7.278	8,74
Novembro	6.665	7.253	8,82
Dezembro	6.454	7.092	9,89
<b>TOTAL</b>	<b>83.161</b>	<b>94.457</b>	<b>13,58</b>

Quadro IV

## 2. ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS USUFRUÍDOS PELOS SÓCIOS

**2.1. Reembolso de vencimentos perdidos por motivo de doença**  
 Nesta área, o valor concedido subiu em 2010 para 83.490,80 €, o que representa um aumento de 3,07 % em relação a 2009, tendo sido processados 617 reembolsos de vencimentos perdidos por doença.

## 2.2. Financiamentos aos sócios

### 2.2.1. Pelo Cofre para habitação

No exercício em apreço, foram efectuadas 40 escrituras: 29 resultantes de pedidos de financiamento para aquisição entrados em 2010, no valor 1.920.033,13 €, e 11 provenientes de processos iniciados em anos anteriores, no valor de 690.000,00 €, perfazendo um total de 2.610.033,13 €.

Transitam para 2011, 44 processos, no montante de 3.495.505,90 €, dos quais 25 se encontram na fase de avaliação e despacho, no montante de 2.233.355,90 €, 4 a aguardar a concretização do respectivo pedido, com previsão de financiamento de 365.000,00 €, 7 a aguardar documentos para realização de escritura, no montante de 341.300,00 € e 8 com escritura marcada com o valor de 555.850,00 €.

	Nº Pedidos
Saldo Ano 2010	21
Pedidos cancelados e indeferidos	18
Pedidos ano 2010	81
Escrituras realizadas	40
Saldo Ano 2011	44

Quadro V

### 2.2.2. Através dos protocolos com instituições bancárias para habitação

Dos protocolos estabelecidos com os Bancos Santander Totta e BBVA, para atender às necessidades dos associados na área de financiamento à aquisição de habitação, em condições vantajosas face ao mercado, com maior celeridade e sem os limites em vigor no Cofre, obtivemos os seguintes resultados:

Santander Totta – Foram realizadas, 633 operações no montante de 41,478 milhões de euros.

BBVA – Beneficiaram 532 sócios com o total de financiamento de 46,596 milhões de euros.

## 2.3. Abonos reembolsáveis

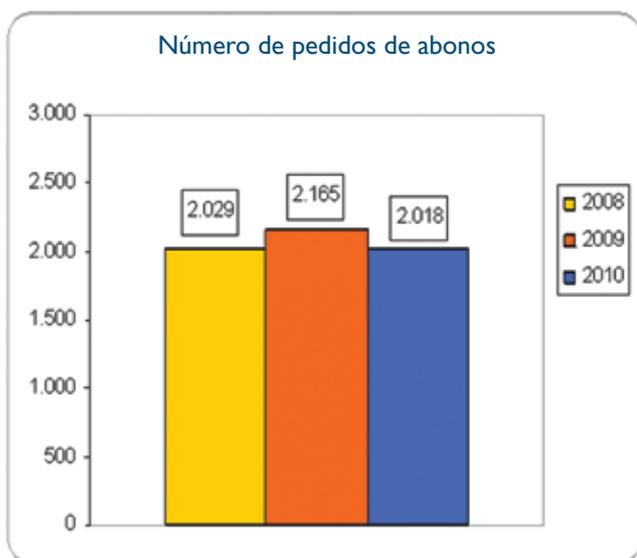


Fig. 4

## Número de pedidos de abonos

Anos	Pedidos	Valor
2010	2.018	6.748.260 €
2009	2.165	7.156.174 €
2008	2.029	6.809.777 €

Quadro VI

No financiamento de pequenas obras de habitação e despesas de saúde, foram concedidos 2.018 abonos reembolsáveis, no total de 6.748,260,00 €.

Podemos observar a sua evolução, em número de pedidos, na fig. 4. Relativamente a 2009, o número de pedidos diminuiu 6,79 % e o valor concedido registou um decréscimo de 5,70 %.

## 2.4. Subsídios por morte

### 2.4.1. Responsabilidades relativas a subsídios por morte

Os subsídios por morte vencidos ascenderam no final de 2009, a 118.158.041,89 €, ou seja, 95,81 % dos subsídios inscritos. Em 2010, o valor destas responsabilidades subiu para 120.181.783,60 €, a que corresponde um peso percentual de 96,40 % dos subsídios inscritos e equivalendo a um crescimento anual de 1,71 %.

### % Crescimento anual de responsabilidade em subsídios vencidos

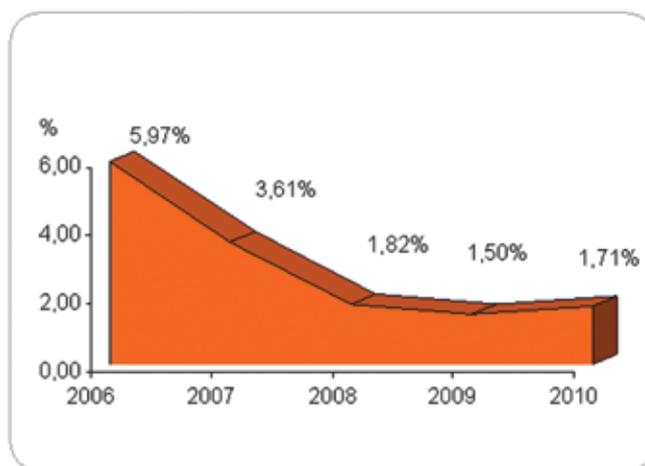


Fig. 5

### Responsabilidades em Subsídios Vencidos

Anos	Valor	%
2006	110.346.656,52	5,97
2007	114.332.472,66	3,61
2008	116.411.846,15	1,82
2009	118.158.041,89	1,50
2010	120.181.783,60	1,71

Quadro VII

O valor médio/sócio no final de 2009 era de 2.231,76 €, cresceu para 2.291,23 € em 2010, mais 2,67 %, acompanhado pelo crescimento do valor médio da quota anual, de 61,83 € para 63,47 €, correspondendo ao aumento de 2,66%, respectivamente.

#### 2.4.2. Distribuição de subsídios vencidos por faixas etárias

A distribuição de subsídios vencidos por faixas etárias apresenta-se conforme a fig. 6, tendo uma estrutura idêntica à dos anos anteriores.

Constata-se, também, que a relação quotas/subsídios se mostra correlacionada e idêntica com a relação sócio/quotização: 83,65 % dos subsídios vencidos corresponde à faixa etária de 19 a 60 anos e a restante percentagem 16,35, à faixa etária entre os 61 e mais de 80 anos.

Subsídios vencidos por faixas etárias %

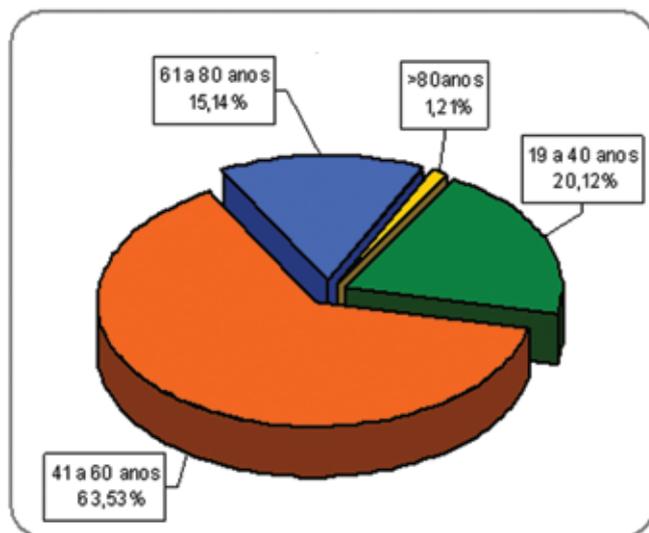


Fig. 6

Unid.: 1000 euros

Idades	2009		2010	
	Subs. Vencidos	%	Subs. Vencidos	%
19 a 40 anos	25.613,56	21,68	24.187,20	20,12
41 a 60 anos	74.969,82	63,45	76.353,84	63,53
61 a 80 anos	16.197,38	13,70	18.191,68	15,14
> 80 anos	1.377,28	1,17	1.449,07	1,21
Total	118.158,04	100,00	120.181,79	100,00

Quadro VIII

#### 2.4.3. Subsídios por morte processados no ano

Em 2010, foram conhecidos e concluídos 722 processos de subsídio por morte, no valor total de 478.880,43 €, incorporado nos custos do ano.

#### 2.5. Rendas vitalícias

No decurso do exercício económico de 2010 e em conformidade com o Art.º 25º dos Estatutos, 10 associados optaram por transformar o subsídio por morte em renda vitalícia a seu favor.

#### 2.6. Centros de lazer

**2.6.1.** A Unidade de Turismo Rural, na Covilhã, foi utilizada por 1.129 associados, registando um aumento de 21,53 % relativamente a 2009.

**2.6.2.** O Centro de Férias, sito na Praia do Vau, continuou a registar a preferência dos nossos Associados, tendo sido utilizado por 1.508 sócios, registando uma diminuição de 5,10 % relativamente a 2009.

#### 2.7. Viagens e turismo

**2.7.1.** Do protocolo existente com a Agência Abreu usufruíram 155 associados e 139 familiares.

#### 2.8. Lares de 3ª idade

**2.8.1.** O Lar de Loures registou uma ocupação de 91,18 % da sua capacidade de 51 utentes.

**2.8.2.** O Lar de Vila Fernando, com capacidade para 30 utentes, registou uma ocupação de 91,11 % da capacidade instalada.

## II - EVOLUÇÃO DAS ACTIVIDADES DO COFRE

Em 2010 continuámos a assistir a um desaceleramento acentuado da economia portuguesa, com repercussões no abrandamento do consumo, gerando um meio envolvente adverso à expansão das actividades desenvolvidas pelo Cofre, principalmente nas que se relacionam com o mercado de bens não primários.

É neste cenário que analisamos a evolução das actividades da nossa Instituição, comparando-as, como temos feito, com a de anos anteriores.

De entre todas as actividades desenvolvidas, destacamos as que, pelo seu peso, merecem aqui referência.

Como não podia deixar de ser, começamos pelas actividades que estiveram na origem da criação do Cofre.

### I. QUOTIZAÇÃO

Valor médio da quota anual/sócio

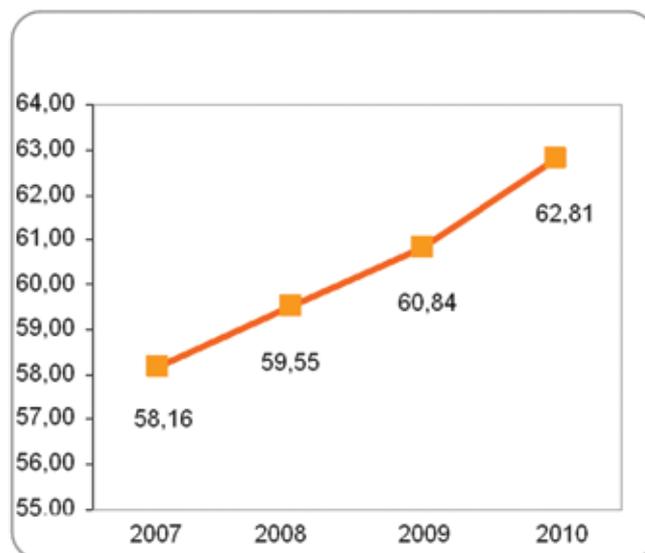


Fig. 7

Mantendo-se a situação mostrada na Fig. 1, a que se junta o crescimento da diferença do valor unitário de quota anual, podemos confirmar um aumento da quotização, que em 31 de Dezembro de 2010 ascendia a 3.294.643,34 €, crescimento que em termos percentuais é superior ao do ano anterior.

A curva configurada no gráfico da Fig. 7, pela cor laranja, ilustra o que acabamos de referir, mostrando-se ainda, semelhante, apesar do crescimento do valor médio da quota/sócio dos últimos anos tender para uma certa estabilidade, em consequência de uma maior aproximação das quotas dos sócios existentes.

A interpretação numérica do gráfico acima indicado pode ser vista no quadro retirado do Mapa de Movimento Associativo e Quotização e do Valor Real no fim de cada exercício:

#### Evolução da quotização em 1000 €

ANOS	QUOTIZAÇÃO ANUAL NO		QUOTIZAÇÃO ANUAL			MÉDIA ANUAL	
	INÍCIO DO EXERCÍCIO (1)		NO FIM DO EXERCÍCIO			QUOTIZAÇÃO/SÓCIO	
	Nº Sócios	Valor	Nº Sócios	Valor	%crescim	Valor	% crescim
2005	53.408	2.802,85	54.110	2.892,52	7,25%	0,05346	5,86%
2006	54.110	2.986,11	54.354	3.056,56	5,67%	0,05623	5,20%
2007	54.354	3.117,10	53.876	3.133,66	2,52%	0,05816	3,43%
2008	53.876	3.163,56	53.333	3.175,88	1,35%	0,05955	2,39%
2009	53.333	3.207,88	52.944	3.221,13	1,42%	0,06084	2,17%
2010	52.944	3.273,26	52.453	3.294,64	2,28%	0,06281	3,24%
2011	52.453	3.329,04					

(1) - Corresponde à quotização de 31 de Dezembro do exercício anterior, de acordo com a estrutura existente - (Mapa de Movimento Associativo e Quotização)

Quadro IX

## 2. FINANCIAMENTOS

A actividade relacionada com o financiamento directo à aquisição de habitação e obras de beneficiação apresentou uma subida, quer quanto ao número de pedidos, quer quanto ao valor concedido em relação ao ano anterior.

O financiamento de outras despesas através dos denominados “subsídios reembolsáveis” revelou uma diminuição, quer quanto ao número de pedidos, quer quanto ao valor concedido.

O rendimento global desta actividade foi no montante de 1.375.954,07 €, traduzindo um acréscimo de 4,09 % em relação ao ano de 2009.

## 3. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

No ano de 2010 o total de prestações de serviços ligadas às actividades de Lares e Centros de Lazer representa-se da seguinte forma:

Prestações de serviços		Valor	%
Lar de 3ª Idade	Loures	552.084,17	36,46
Lar de 3ª Idade	Vila Fernando	283.885,33	18,75
Centro de Férias	Vau	480.978,61	31,76
Unidade de Turismo Rural	Covilhã	197.291,88	13,03
<b>Total</b>		<b>1.514.239,99</b>	<b>100,00</b>

Quadro X

## 4. ARRENDAMENTO DE PRÉDIOS

Em 2010, a actividade relacionada com o arrendamento de prédios subiu em relação ao ano anterior, obtivemos mais 22.291,55 €. O peso percentual desta actividade situa-se nos 4,67 % do total dos proveitos.

## 5. OUTRAS ACTIVIDADES

**5.1.** No exercício em apreço continuou-se a implementação do sistema informático, encontrando-se, no entanto, algumas funcionalidades dependentes de ulitimação de testes e consequente finalização.

**5.2.** No decorrer do segundo semestre de 2009 celebrou-se um contrato de prestação de serviços, com a Sociedade de Advogados Cremades Calvo-Sotelo, Siqueira Castro & Nobre Guedes (NGCS), para cobrança e recuperação efectiva dos créditos em situação de cobrança duvidosa.

No momento em que foi celebrado o contrato, a NGCS definiu os seguintes objectivos de cobrança:

a) Cobrança de 150.000,00 € até 31/12/2009;

No ano de 2009 não foi cobrado nenhum valor.

b) Cobrança de uma quantia acumulada de 600.000,00 € até 31/12/2010.

No ano de 2010 foi cobrado o valor de 5.231,19 € e foram recuperadas 2 casas (uma de contrato de arrendamento e uma de empréstimo à habitação por resolução de contrato).

Os objectivos propostos não foram alcançados.

Pelos serviços prestados, foi acordado o pagamento dos seguintes honorários (acrescidos de IVA):

a) **Auditoria** dos processos que transitaram do Dr. Henrique Sá: 10,00 € / por processo;

Não obstante ter ficado combinado que a auditoria seria paga no decorrer de 2010, este valor ainda não foi facturado ao Cofre.

b) **Honorários Fixos** por cada processo confiado: 30,00 €;

Dos 398 processos que transitaram em 2009 do Dr. Henrique Sá para a NGCS, foram pagos, em Dezembro daquele ano, 11.920,00 € acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

c) **Honorários dependentes de Cobrança** (relacionados com objectivos):

a. Até ao montante dos objectivos fixados:

i. Processos S/ Garantia Imobiliária: 3% do valor recuperado;

ii. Processos C/ Garantia Imobiliária: 2% do valor recuperado.

b. Após o montante dos objectivos fixados: 10% do valor recuperado acima do limite fixado para o objectivo.

d) **Honorários emergentes de contratos de Arrendamento**

a. Honorários fixos pela entrega efectiva de imóvel: 750,00 €;

b. Honorários relativos às rendas em atraso: 3% do valor recuperado.

**5.3.** Continuámos a apostar na garantia da transparência dos resultados apresentados através da manutenção da contratação da “Sociedade Revisora de Contas” (Batista da Costa & Associados, SROC, S.A.), para certificação das contas.

### III – SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise do desempenho da gestão e suas repercussões, na situação económica e financeira do Cofre, será efectuada por comparação com valores obtidos em exercícios anteriores. Esta análise assentará em 4 pontos básicos:

1. Rendimentos, gastos e resultados das actividades
2. Crescimento
3. Rendibilidades
4. Reservas matemáticas

A análise é baseada na comparação com valores de exercícios anteriores e porque é obrigatória, mantivemos a construção das peças que integram as Demonstrações Financeiras, em consonância com os conceitos definidos no SNC, principalmente os “Mapas” que apuram os resultados dos factos ocorridos durante o exercício económico.

#### I. RENDIMENTOS E GANHOS DAS ACTIVIDADES

##### I.1. Rendimentos e ganhos

(ver quadro XI)

Os valores percentuais que a seguir referimos são calculados relativamente ao total de rendimentos.

**I.1.1.** Os rendimentos relativos a “Prestações de Serviços” realizadas nos Lares, Centros de Lazer e comissões ascendem a 1.542.382,56 €, que corresponde a 22,63% do total dos rendimentos.

**I.1.2.** O valor de “Quotas” ascendeu a 3.294.643,34 €, representando 48,36% do total do rendimento. Este valor representa quase metade do rendimento total.

**I.1.3.** As propriedades de investimento contribuíram com 317.830,75 €, a que corresponde 4,67 % no conjunto dos rendimentos anuais. Existe uma grande percentagem de fogos com arrendamentos muito baixos e uma parcela muito significativa de arrendamentos não reflectidos na Tesouraria por se encontrarem em “contencioso” a aguardar “acções de despejo”.

Nos proveitos provenientes de “propriedades de investimento”, estão também incluídas as lojas do Centro de Lazer do Vau.

**I.1.4.** O apoio financeiro aos associados, variando este em função do valor de empréstimos do ano, acrescido do dos anos anteriores com “idades” muito variadas, da taxa de remuneração em vigor e prazos concedidos. Neste valor existe uma parcela bastante significativa que resulta da remuneração de abonos, ou seja, cerca de 71,70 % do total. Esta actividade representa 23,64 % do total dos proveitos (ver quadro XII).

#### Rendimentos e ganhos

GASTOS POR NATUREZA/ACTIVIDADES	Prestação de serviços	Quotas	Rendas Propriedades Investimento	Juros	Outros	TOTAL
SEDE	28.142,57	3.294.643,34		1.610.392,13	47.706,70	4.980.884,74
LAR DE LOURES	552.084,17					552.084,17
LAR DE VILA FERNANDO	283.885,33					283.885,33
CENTRO DE FÉRIAS (VAU)	480.978,61					480.978,61
UNID. TURISMO COVILHÃ	197.291,88					197.291,88
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO			317.830,75			317.830,75
<b>TOTAL</b>	<b>1.542.382,56</b>	<b>3.294.643,34</b>	<b>317.830,75</b>	<b>1.610.392,13</b>	<b>47.706,70</b>	<b>6.812.955,48</b>

Quadro XI

RENDIMENTOS E GANHOS	2010	2009	Variação %
Prestações serviços	1.542.382,56	1.369.666,51	12,61
Quotas	3.294.643,34	3.221.133,54	2,28
Rendas propriedades de investimento	317.830,75	295.539,20	7,54
Outros	47.706,70	59.773,60	-20,19
Juros	1.610.392,13	1.649.362,91	-2,36
<b>Total</b>	<b>6.812.955,48</b>	<b>6.595.475,76</b>	<b>3,30</b>

Quadro XII



Fig. 8

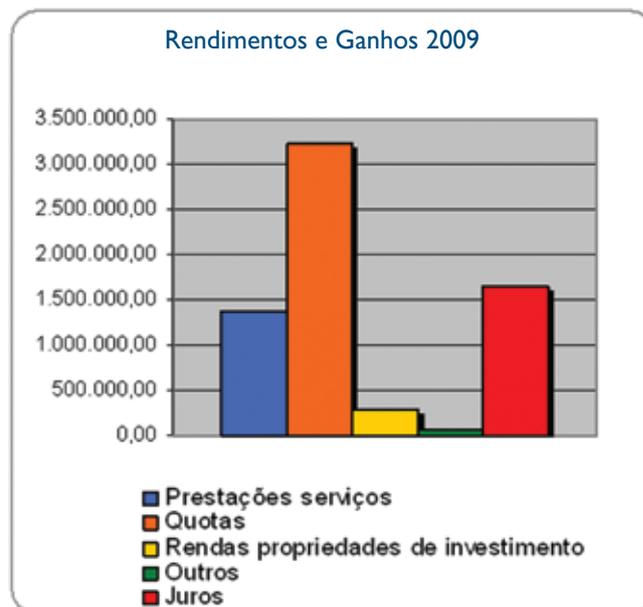


Fig. 9

Em resumo, apresentamos um quadro que pretende mostrar a comparticipação de cada rubrica de rendimentos, no total dos rendimentos e ganhos, comparando-a com o ano de 2009 (quadro XIII).

### 1.2. Gastos

Os custos directamente relacionados com as actividades operacionais podem ver-se no seguinte quadro:

### Rendimentos anuais em %

Designação	2010	2009
Prestação de serviços	22,63	20,76
Quotas	48,36	48,84
Rendas propriedades de investimento	4,67	4,48
Outros	0,70	0,91
Juros	23,64	25,01
Total	100,00	100,00

Quadro XIII

GASTOS POR NATUREZA/ ACTIVIDADES	FORNEC. SERV.EXT.	GASTOS C/ PESSOAL.	GASTOS DE DEP. E AMORTIZ. DE BENS	GASTOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	ENCARGOS COM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	OUTROS	JUROS	TOTAL
SEDE	445.452,50	978.234,87	65.642,38	1.042.202,36		435.208,84	28.502,75	2.995.243,70
LAR DE LOURES	218.118,09	335.573,29	149.371,17					703.062,55
LAR DE VILA FERNANDO	115.605,77	253.730,22	68.094,83					437.430,82
CENTRO DE FÉRIAS (VAU)	280.313,65		183.773,75					464.087,40
UNID. TURISMO COVILHÃ	178.578,07		219.161,84					397.739,91
PROPRIEDADES DE INVEST.			124.737,20		63.485,86			188.223,06
<b>TOTAL</b>	<b>1.238.068,08</b>	<b>1.567.538,38</b>	<b>810.781,17</b>	<b>1.042.202,36</b>	<b>63.485,86</b>	<b>435.208,84</b>	<b>28.502,75</b>	<b>5.185.787,44</b>

Quadro XIV

Os comentários que os números apresentados nos sugerem são os seguintes:

**1.2.1.** Os “Fornecimentos e serviços externos” totalizam 1.238.068,08€ que correspondem a 23,88 % do total dos gastos.

**1.2.2.** Os “Gastos com o pessoal” somam 1.567.538,38 € que representa 30,23 % do total dos gastos. Rubrica com maior peso no total dos gastos.

A Sede absorve 62,41 % do total dos “Gastos com o pessoal”.

**1.2.3.** As “Amortizações” totalizam 810.781,17 € que

corresponde a 15,63% do total dos gastos.

A actividade que regista o maior valor de “Amortizações” é a Unidade de Turismo da Covilhã.

**1.2.4.** Os “Gastos p/ benefícios de previdência social” somam 1.042.202,36 € que representa 20,10% do total dos gastos.

Nos gastos de previdência social incluem-se os reforços da provisão calculada com base em estudo actuarial (409.145,00 € em 2010 e 457.639,00 € em 2009).

**1.2.5.** Os restantes gastos têm pouco significado no total dos gastos

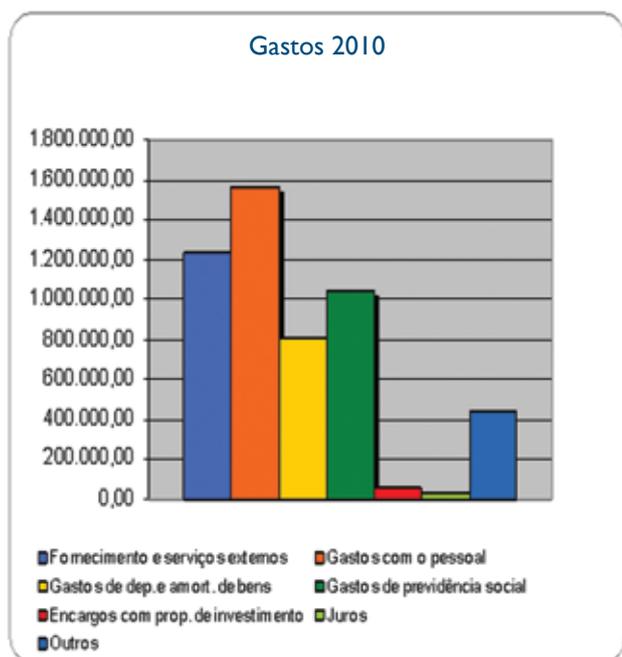


Fig. 10

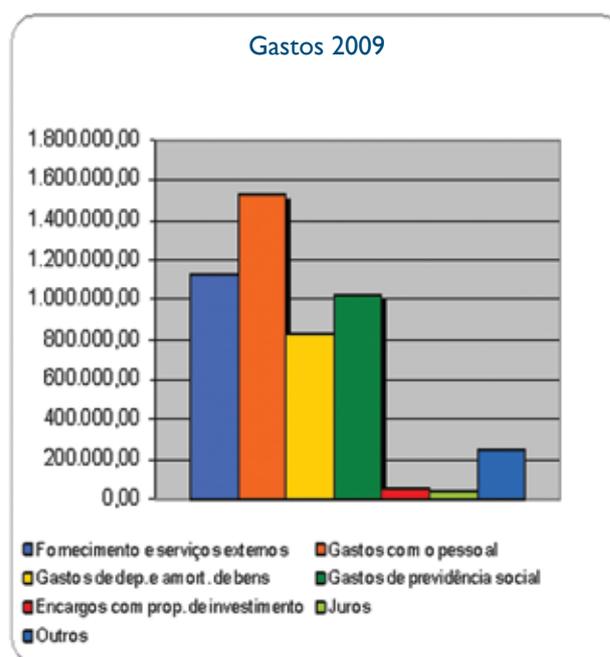


Fig. 11

Gastos	2010	2009	Varição %
Fornecimento e serviços externos	1.238.068,08	1.126.971,74	9,86
Gastos com o pessoal	1.567.538,38	1.527.745,99	2,60
Gastos de depreciação e amortização de bens	810.781,17	825.833,37	-1,82
Gastos de previdência social	1.042.202,36	1.027.471,19	1,43
Encargos com propriedades de investimento	63.485,86	55.479,80	14,43
Juros	28.502,75	46.390,63	-38,56
Outros	435.208,84	248.941,03	74,82
<b>TOTAL</b>	<b>5.185.787,44</b>	<b>4.858.833,75</b>	<b>6,73</b>

Quadro XV

Relativamente aos gastos apresentamos um quadro que pretende mostrar a comparticipação dos maiores componentes no exercício de 2010, acompanhado de um quadro da evolução em relação ao ano de 2009.

GASTOS ANUAIS EM %			
Gastos	2010	2009	
Fornecimento e serviços externos	23,88	23,20	
Gastos com o pessoal	30,23	31,44	
Gastos de depreciação e amortização de bens	15,63	17,00	
Gastos de previdência social	20,10	21,15	
Encargos com propriedades de investimento	1,22	1,14	
Juros	0,55	0,95	
Outros	8,39	5,12	
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	

Quadro XVI

Como se pode observar quadro XVI, são os gastos com o pessoal que constituem a componente de maior peso percentual. A seguir aos Fornecimentos e Serviços Externos, são os gastos de depreciação e amortização que assumem também uma posição preponderante com 15,63 % do total dos gastos.

### 1.3. Resultado das actividades

GASTOS POR NATUREZA/ACTIVIDADES	RENDIMENTOS / GANHOS	GASTOS	RESULTADOS 2010	RESULTADOS 2009	VARIAÇÃO
SEDE	4.980.884,74	2.995.243,70	1.985.641,04	2.266.385,54	-12,39
LAR DE LOURES	552.084,17	703.062,55	-150.978,38	-241.283,47	37,43
LAR DE VILA FERNANDO	283.885,33	437.430,82	-153.545,49	-160.590,61	4,39
CENTRO DE FÉRIAS (VAU)	480.978,61	464.087,40	16.891,21	358,66	4.609,53
UNID. TURISMO COVILHÃ	197.291,88	397.739,91	-200.448,03	-247.144,23	18,89
PRÉDIOS RENDIMENTO	317.830,75	188.223,06	129.607,69	118.916,12	8,99
<b>TOTAL</b>	<b>6.812.955,48</b>	<b>5.185.787,44</b>	<b>1.627.168,04</b>	<b>1.736.642,01</b>	<b>-6,30</b>

Quadro XVII

No quadro XVII podem ser vistos os “resultados” das actividades, contribuindo, assim, para uma maior transparência dos valores apresentados nas Demonstrações Financeiras.

Os comentários que os números apresentados nos sugerem são os seguintes:

**1.3.1.** Na Sede os resultados passaram para 1.985.641,04 €, inferior em 280.744,50 € relativamente ao ano anterior.

**1.3.2.** O deficit apresentado pelo Lar de Loures deve-se em parte, como é do conhecimento de todos, à capacidade instalada, insuficiente para diluir, pelo menos, alguns custos fixos de estrutura, principalmente os custos com o pessoal, e gerar uma parte do auto-financiamento, através das depreciações anuais. No entanto, o deficit em 2010 foi inferior ao do ano 2009 em 37,43 %. O aumento da capacidade nesta unidade fez diminuir o deficit.

**1.3.3.** O Lar de Vila Fernando continua a apresentar deficit, apesar de no decorrer do ano de 2010, ter diminuído 4,39%.

**1.3.4.** Na Unidade de Turismo da Covilhã verificou-se um aumento da ocupação no ano de 2010, que fez com que os rendimentos subissem 25.592,55 € em relação ao ano de 2009. O aumento das prestações de serviços e a redução dos gastos contribuíram para a redução do défice neste empreendimento, menos 46.696,20 €.

**1.3.5.** Nas propriedades de investimento, registou-se um aumento do resultado de 8,99 %, pois o total das rendas aumentou no ano de 2010, cujo valor do aumento foi de 22.291,55 €.

## 2. CRESCIMENTO

### 2.1. Rendimentos

**2.1.1.** Como já foi referido, a Quotização passou em 2010 para 3.294.643,34 €, contribuindo com 48,36 % no total dos rendimentos. O seu crescimento, em termos percentuais, foi de 2,29 % em relação a 2009.

**2.1.2.** As Prestações de Serviços que, em 2009 totalizaram 1.369.666,51 € e, em 2010, 1.542.382,56 €, cresceram 12,61 %.

**2.1.3.** A actividade relacionada com Propriedades de Investimento, cujo valor ascendeu a 317.830,75 €, mais 22.291,55 € do que em 2009, teve uma subida de 7,54 %.

**2.1.4.** Os Juros de Depósitos, outras Aplicações Financeiras e de “apoios financeiros” tiveram uma descida de 39.086,27 €. Os juros das Aplicações Financeiras passaram de 290.014,56 € em 2009 para 192.484,16 € em 2010, devido à descida significativa da taxa Euribor nas Instituições de Crédito.

### 2.2. Gastos

**2.2.1.** Os “Gastos com o pessoal” desceram no ano de 2010, pois houve uma diminuição da responsabilidade com as pensões de reforma e sobrevivência, cujo valor da redução da provisão foi de 73.035,00 €.

**2.2.2.** Os “Gastos de previdência social” subiram ligeiramente.

**2.2.3.** Nos gastos financeiros, verificou-se uma diminuição de

“Juros de financiamento obtidos”, por razões que se prendem com a descida significativa da taxa Euribor.

Por outro lado, e em consequência da desvalorização dos Títulos da Dívida Pública, houve que reforçar a provisão existente para o efeito em 66.560,00 €.

O Fundo de Tesouraria teve, no ano de 2010, um comportamento de desvalorização, levando ao reforço da provisão existente no valor de 1.009,41 €.

**2.2.4.** Em consequência do aumento das dívidas consideradas de cobrança duvidosa e provisionadas a 100%, mesmo que exista alguma expectativa de recuperação no ano seguinte, procedeu-se ao reforço do valor dos “Imparidade de dívidas a receber”, no montante de 322.193,47 €; esta provisão inclui os seguros de vida, uma vez que estes encargos não têm qualquer garantia. No ano de 2009 este reforço foi de 144.672,36 €, ou seja este valor aumentou 122 %. Daí o valor dos “Outros gastos” passar de 5,12 % para 8,39 %.

Tendo sido referidos os comportamentos e efeitos na formação de Resultados das rubricas mais significativas, acresce dizer que o Resultado Líquido do Período passou de 1.736.642,01 € em 2009, para 1.627.168,04 € em 2010, o que representa uma diminuição de 6,30 %.

Deixamos aqui representada a repartição entre gastos e resultados dos três últimos anos, cujas razões de crescimento/abrandamento das duas componentes foram apresentadas anteriormente.

Custos e resultados em %

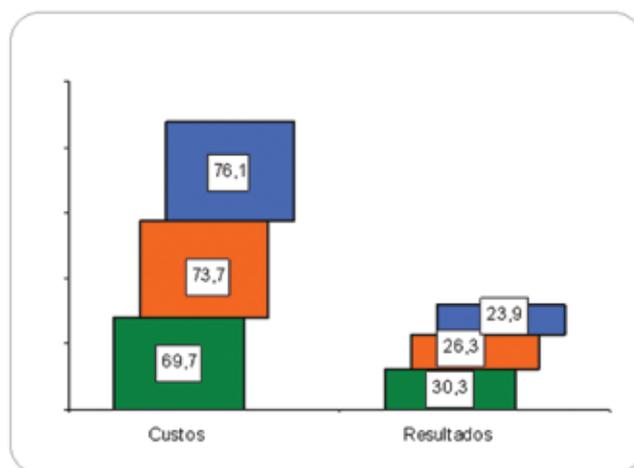


Fig. 12

Anos	%Custos	%Resultados
2008	69,7	30,3
2009	73,7	26,3
2010	76,1	23,9

Quadro XVIII

### 3. RENDIBILIDADES

Neste capítulo, há que referir que as rendibilidades são calculadas em função do valor de investimentos envolvidos ou da média anual de capitais disponíveis.

De notar que a reavaliação do Imobilizado Corpóreo e de Investimentos Financeiros, efectuada em 2003, não teve repercussão nos preços dos serviços praticados.

**3.1.** A rendibilidade bruta da Quotização, em relação à média das responsabilidades em subsídios por morte inscritos, continua a situar-se em 2,65 %. Deduzida dos gastos de Previdência Social, incorporados no exercício, aquela rendibilidade desce para 1,81 %.

**3.2.** A rendibilidade bruta dos Financiamentos à habitação e outras despesas, calculada em função da média linear dos capitais envolvidos e cuja remuneração ascendeu, em 2010, a 1.375.954,07 €, desceu ligeiramente para 5,14 %.

**3.3.** O Investimento em Prédios de Rendimento, sem lojas do Vau, que em 31 de Dezembro de 2010 era de 7.536.965,00 €, por incorporação de obras de beneficiação, proporcionou uma rendibilidade bruta de 3,81 %. Verificou-se uma subida em relação a 2009.

**3.4.** Os Títulos de Dívida Pública geraram um rendimento anual de valor igual, mas o seu peso no Resultado tem reduzida expressão.

### 4. RESERVAS MATEMÁTICAS <sup>(1)</sup>

No ano de 2010, foi reforçada a provisão existente, em 409.145,00 €, por aumento dos gastos de previdência social “Subsídios por morte” e “rendas vitalícias” para cobrir as responsabilidades em subsídios por morte e rendas vitalícias, de acordo com os valores apontados no estudo actuarial à data de 31 de Dezembro de 2010, ou seja:

Referente a subsídios por morte	8.884.010,00 €
Referente a rendas vitalícias	123.556,00 €

### IV. – PERSPECTIVAS PARA 2011

O ano em análise foi o terceiro do triénio 2008-2010 de vigência dos Corpos Gerentes cessantes. Neste último ano de mandato a Direcção estabeleceu um conjunto de 4 objectivos, que se enquadram na estratégia definida para o triénio e que constam do orçamento e Plano de Actividades aprovado para o ano em curso, de seguida transcritos:

**I.** Reforçar o processo associativo e da fidelização dos sócios, com recurso ao programa de campanhas iniciado em 2009:

a. Participação em seminários/congressos da Administração Pública com stand de divulgação.

b. Realização de sessões de esclarecimento em grandes Serviços.

c. Implementar plano cultural que contribua para o desenvolvimento cultural dos nossos associados.

**2.** Incrementar as regalias dos sócios:

a. Iniciar a construção do Lar de Arcozelo;

b. Envidar todos os esforços para concluir o processo de licenciamento do Lar-Creche de Queluz;

c. Continuar a política do estabelecimento de protocolos, tendo em conta a dispersão geográfica dos nossos Associados.

**3.** Melhorar a eficiência global do Cofre:

a. Recuperar dívidas em contencioso;

b. Promover as medidas necessárias para que os resultados dos empreendimentos do Cofre (Lares e Centros de Lazer) passem a positivos ou se mantenham a esse nível.

**4.** Aumentar o nível de competências dos colaboradores:

a. Aplicar plano de formação que reforce as competências dos funcionários nas áreas técnicas e melhore a capacidade de resposta dos funcionários dos lares aos utentes (tendo em conta o aumento da dependência dos utentes que procuram vaga nos lares).

### Nota Final:

Aos funcionários e colaboradores do Cofre que ao longo de 2010 contribuíram para os resultados alcançados, deixamos o desafio de alcançar os objectivos definidos para reforço e crescimento da nossa Instituição.

Lisboa, 7 de Abril de 2011.

A DIRECÇÃO,

*Américo Tomé Jardim*

*Maria Luisa Viana de Paiva Boléo*

*Francisco Manuel Feliciano Pinteus*

*Carlos António Meneses Galvão*

*José Maria Mendonça Pires*

*João António Silva Rodrigues*

*Maria Alice Miranda Rumor Parada*

<sup>(1)</sup> As Reservas Matemáticas, são para garantir o pagamento de Subsídios por morte e rendas vitalícias.

# Mapas obrigatórios

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

## Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2010

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2010	31-12-2009
<b>ACTIVO</b>			
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE</b>			
Activos Fixos Tangíveis	7	21.151.364,87	21.470.607,17
Propriedades de Investimento	8	5.174.603,17	5.094.094,62
Activos Intangíveis	9	419.896,49	444.731,57
Sócios	12.1	22.311.599,19	19.323.720,17
Outros Activos Financeiros	12.5	270.583,94	338.153,35
		<b>49.328.047,66</b>	<b>46.671.306,88</b>
<b>ACTIVO CORRENTE</b>			
Utentes/Clientes	12.1	41.099,83	54.217,34
Estado e Outros Entes Públicos	13	37.152,95	29.669,98
Sócios	12.1	5.990.087,73	6.702.295,74
Outras contas a receber	12.1	189.602,41	77.951,71
Diferimentos	14	50.749,64	52.291,58
Caixa, depósitos à ordem e a prazo	4	9.821.673,65	9.738.036,48
		<b>16.130.366,21</b>	<b>16.654.462,83</b>
Total do Activo		<b>65.458.413,87</b>	<b>63.325.769,71</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>FUNDO SOCIAL</b>			
Fundo Social		47.890.120,25	46.058.819,56
Outras variações no fundo social	15	3.423.647,97	3.512.932,51
		<b>51.313.768,22</b>	<b>49.571.752,07</b>
Resultado Líquido do Período		1.627.168,04	1.736.642,01
		<b>1.627.168,04</b>	<b>1.736.642,01</b>
Total do Fundo Social		<b>52.940.936,26</b>	<b>51.308.394,08</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>			
Provisões	11	9.363.092,00	9.026.982,00
Financiamentos obtidos	12.4	2.000.000,00	2.000.000,00
		<b>11.363.092,00</b>	<b>11.026.982,00</b>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Fornecedores	12.2	109.446,97	99.852,22
Adiantamentos de Utentes/Clientes	12.2	15.721,99	15.539,89
Estado e Outros Entes Públicos	13	33.944,59	32.637,49
Sócios	12.2	474.811,19	489.714,55
Utentes/Clientes	12.2	132.791,54	102.432,77
Outras contas a pagar	12.2	385.049,38	248.655,99
Diferimentos	14	2.619,95	1.560,72
		<b>1.154.385,61</b>	<b>990.393,63</b>
Total do Passivo		<b>12.517.477,61</b>	<b>12.017.375,63</b>
Total do Capital Próprio e do Passivo		<b>65.458.413,87</b>	<b>63.325.769,71</b>

# Demonstração Individual dos Resultados por Natureza

## Período findo em 31 de Dezembro de 2010

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2010	2009
Vendas e serviços prestados	10	1.542.382,56	1.369.666,51
Fornecimentos e serviços externos	16	-1.238.068,08	-1.126.971,74
Gastos com o pessoal	17	-1.567.538,38	-1.527.745,99
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)	12.3	-322.193,47	-147.187,59
Outras imparidades (perdas/reversões)	12.5	-67.569,41	-51.257,00
Outros rendimentos e ganhos	10	3.660.180,79	3.576.446,34
Outros gastos e perdas	18	-1.151.134,18	-1.131.262,08
Resultados antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos		856.059,83	961.688,45
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7/8/9	-810.781,17	-825.833,37
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		45.278,66	135.855,08
Juros e rendimentos similares obtidos	10	1.610.392,13	1.649.362,91
Juros e gastos similares suportados		-28.502,75	-48.575,98
Resultados antes de impostos		1.627.168,04	1.736.642,01
Imposto sobre o rendimentos do período			
Resultado líquido do período		1.627.168,04	1.736.642,01
		1.627.168,04	1.736.642,01

A Técnica Oficial de Contas  
Gisela Carvalho Pinto Martins

A Direcção  
Américo Tomé Jardim  
Maria Luisa Viana de Paiva Boléo  
Francisco Manuel Feliciano Pinteus  
Carlos António Meneses Galvão  
José Maria Mendonça Pires  
João António Silva Rodrigues  
Maria Alice Miranda Rumor Parada

# Demonstração (Individual/Consolidada) de Fluxos de Caixa

## Período findo em 31 de Dezembro de 2010

UNIDADE MONETÁRIA EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2010	2009
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de sócios		13.510.623,45	13.209.489,67
Pagamentos a sócios		-9.456.977,04	-9.377.330,04
Pagamentos a fornecedores		-1.298.291,22	-1.373.292,11
Pagamentos ao pessoal		-1.100.498,33	-1.083.488,33
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>1.654.856,86</b>	<b>1.375.379,19</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-139.886,60	-126.960,52
Outros recebimentos/pagamentos		-1.472.574,22	-682.297,96
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais <sup>(1)</sup></b>		<b>42.396,04</b>	<b>566.120,71</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		-344.967,10	-559.813,96
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		-95.154,30	-238.053,44
Outros activos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		308.277,50	287.902,14
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		201.587,78	293.978,67
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento <sup>(2)</sup></b>		<b>69.743,88</b>	<b>-215.986,59</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			400.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-28.502,75	-46.390,63
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento <sup>(3)</sup></b>		<b>-28.502,75</b>	<b>353.609,37</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>83.637,17</b>	<b>703.743,49</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>9.738.036,48</b>	<b>9.034.292,99</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>4</b>	<b>9.821.673,65</b>	<b>9.738.036,48</b>

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

## Demonstração Individual das Alterações do Fundo Social no período de 2009

DESCRIÇÃO	Fundo Social	Reservas	Excedentes de revalorização	Outras variações fundo social	Resultado líquido do período	Total
Posição em 01 de Janeiro de 2009 (POC)	44.536.975,19	249,40	3.606.150,99		1.985.513,60	50.128.889,18
<b>Alterações no período</b>						
Transferência do resultado líquido de 2008	1.985.513,60				(1.985.513,60)	0,00
Primeira adoção do novo referencial contábilístico	(463.669,23)	(249,40)	(3.606.150,99)	3.512.932,51		(557.137,11)
Resultado líquido do período					1.736.642,01	1.736.642,01
Resultado integral						1.179.504,90
Posição em 31 de Dezembro de 2009	46.058.819,56	0,00	0,00	3.512.932,51	1.736.642,01	51.308.394,08

## Demonstração Individual das Alterações do Fundo Social no período de 2010

DESCRIÇÃO	Fundo Social	Reservas	Excedentes de revalorização	Outras variações fundo social	Resultado líquido do período	Total
Posição em 01 de Janeiro de 2010	46.058.819,56	0,00	0,00	3.512.932,51	1.736.642,01	51.308.394,08
<b>Alterações no período</b>						
Transferência do resultado líquido de 2009	1.736.642,01				(1.736.642,01)	0,00
Primeira adoção do novo referencial contábilístico						
Transferência	94.658,68			-94.658,68		0,00
Subsídios				5.374,14		5.374,14
Resultado líquido do período					1.627.168,04	1.627.168,04
Resultado integral						1.632.542,18
Posição em 31 de Dezembro de 2010	47.890.120,25	0,00	0,00	3.423.647,97	1.627.168,04	52.940.936,26

# ANEXO

## I. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

### I.1. Designação da entidade:

Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado.

### I.2. Sede:

Rua do Arsenal, Letra F

1112-803 Lisboa

### I.3. NIPC:

500 969 442

### I.4. Natureza da actividade:

O Cofre é uma Instituição de previdência social, de utilidade pública, constituída por Associados, que são ou foram trabalhadores da função pública.

De entre as atribuições do Cofre salienta-se: “Criar ou ajudar a criação dos centros de assistência materno-infantil e escolar, de ocupação dos tempos livres, de apoio à terceira idade, de lazer e outros que tenham por fim o apoio ou a satisfação das necessidades de ordem económica, cultural, social e de saúde dos sócios, bem como dos ascendentes do sócio e cônjuge.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

### 2.2. Indicação e justificação de disposições do SNC que, excepcionalmente, tenham sido derogadas e respectivos efeitos nas demonstrações financeiras.

A informação financeira apresentada foi preparada de acordo com o referencial acima referido, não existindo quaisquer derrogações.

### 2.3. Comparabilidade da informação financeira:

Tendo em consideração a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística e consequente revogação do Plano Oficial de Contabilidade foram efectuados os procedimentos de reclassificação, reconhecimento, desconhecimento, bem como alterações dos critérios de mensuração nas situações aplicáveis.

Deste modo a informação referente ao exercício de 2010 é comparável com a informação reexpressa do ano de 2009.

### 2.4. Adopção pela primeira vez das NCRF:

#### a) Forma como a transição dos PCGA anteriores para as NCRF afectou a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa relatados;

Até 31 de Dezembro de 2009, o Cofre elaborou, aprovou e divulgou demonstrações financeiras preparadas de acordo

com os princípios contabilísticos geralmente aceites (PCGA) previstos no POC e Directrizes Contabilísticas, com as devidas adaptações em função das necessidades de relato financeiro do Cofre. O balanço e a demonstração dos resultados por natureza, relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentados para efeitos comparativos, foram reexpressos de forma a ficarem de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Os principais impactos decorrentes da transição encontram-se divulgados nas alíneas que se seguem, salientando-se o reconhecimento dos encargos com pensões de aposentação e de sobrevivência cuja mensuração é a que decorre do estudo actuarial. Até 31 de Dezembro de 2009 tais encargos, eram contabilizados à medida em que eram processados e pagos. De referir igualmente que todos os investimentos em programação informática passaram a ser apresentados como activos intangíveis.

#### b) Reconciliação do fundo social (capital próprio) relatado segundo os PCGA anteriores e o fundo social (capital próprio) segundo as NCRF;

A reconciliação entre o fundo social, de acordo com o POC e o SNC, em 1 de Janeiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2009, detalha-se da seguinte forma:

	01-01-2009	31-12-2009
Total do fundo social segundo o POC	50.128.889,18	51.778.634,82
Ajustamentos e reclassificações		
Encargos com pensões de aposentação e sobrevivência	-515.457,37	-515.457,37
Eliminação da redução do fundo social por via dos benefícios dos associados por estudo actuarial		457.639,00
Eliminação de investimento em curso	-42.870,54	-42.870,54
Sub-total	-558.327,91	-100.688,91
Subsídios		1.190,80
Ajustamento de resultado líquido		-370.742,63
Total dos ajustamentos e reclassificações	-558.327,91	-470.240,74
	49.570.561,27	51.308.394,08

#### c) Reconciliação do resultado líquido do exercício de 2009 relatado segundo os PCGA anteriores (POC) e o resultado de 2009 reexpresso segundo as NCRF;

A reconciliação do resultado líquido de 2009, apurado de acordo com o POC e o SNC, é como segue:

Resultado de 2009 segundo o POC	2.107.384,64
Benefícios dos associados segundo o estudo actuarial considerados em 2009 directamente no fundo social	-457.639,00
Encargos com pensões de aposentação e sobrevivência	86.896,37
Total dos ajustamentos do período	-370.742,63
Resultado de 2009 segundo o SNC	1.736.642,01

#### d) As primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCRF são as demonstrações apresentadas.

Os efeitos no balanço em 31 de Dezembro de 2009 da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações financeiras reexpressas, em conformidade com o SNC em vigor a 1 de Janeiro de 2010, descrevem-se da seguinte forma:

## Balço em 31 de Dezembro de 2009

RUBRICAS	POC	Ajustamentos e reclassificações		SNC
<b>ACTIVO</b>				
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE</b>				
Activos Fixos Tangíveis	21.958.209,28	(1)	-487.602,11	21.470.607,17
Propriedades de Investimento	5.094.094,62			5.094.094,62
Activos Intangíveis		(2)	444.731,57	444.731,57
Investimentos Financeiros	338.153,35			338.153,35
Sócios	19.323.720,17			19.323.720,17
	46.714.177,42		-42.870,54	46.671.306,88
<b>ACTIVO CORRENTE</b>				
Utentes/Cientes	54.217,34			54.217,34
Estado e Outros Entes Públicos	29.669,98			29.669,98
Sócios	6.702.295,74			6.702.295,74
Outras contas a receber	77.951,71			77.951,71
Diferimentos	52.291,58			52.291,58
Caixa, depósitos à ordem e a prazo	9.738.036,48			9.738.036,48
	16.654.462,83			16.654.462,83
Total do Activo	63.368.640,25		-42.870,54	63.325.769,71
<b>FUNDO SOCIAL E PASSIVO</b>				
<b>FUNDO SOCIAL</b>				
Fundo Social	46.159.508,47	(3)	-100.688,91	46.058.819,56
Outras variações no fundo social	3.511.741,71	(4)	1.190,80	3.512.932,51
	49.671.250,18		-99.498,11	49.571.752,07
Resultado Líquido do Período	2.107.384,64	(5)	-370.742,63	1.736.642,01
Total do Fundo Social	51.778.634,82		-470.240,74	51.308.394,08
<b>PASSIVO</b>				
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>				
Provisões	8.598.421,00	(6)	428.561,00	9.026.982,00
Financiamentos obtidos	2.000.000,00			2.000.000,00
	10.598.421,00		428.561,00	11.026.982,00
<b>PASSIVO CORRENTE</b>				
Fornecedores	99.852,22			99.852,22
Adiantamentos de Utentes/Cientes	15.539,89			15.539,89
Estado e Outros Entes Públicos	32.637,49			32.637,49
Sócios	489.714,55			489.714,55
Utentes/Cientes	102.432,77			102.432,77
Outras contas a pagar	248.655,99			248.655,99
Diferimentos	2.751,52	(4)	-1.190,80	1.560,72
	991.584,43		-1.190,80	990.393,63
Total do Passivo	11.590.005,43		427.370,20	12.017.375,63
Total do Capital Próprio e do Passivo	63.368.640,25		-42.870,54	63.325.769,71

RENDIMENTOS E GASTOS	POC	Ajustamentos e reclassificações	SNC
Vendas e serviços prestados	1.369.666,51		1.369.666,51
Fornecimentos e serviços externos	-1.126.971,74		-1.126.971,74
Gastos com o pessoal	-1.614.642,36	(5) 86.896,37	-1.527.745,99
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-147.187,59		-147.187,59
Outras imparidades (perdas/reversões)	-51.257,00		-51.257,00
Outros rendimentos e ganhos	3.576.446,34		3.576.446,34
Outros gastos e perdas	-673.623,08	(5) -457.639,00	-1.131.262,08
<b>Resultados antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>1.332.431,08</b>	<b>-370.742,63</b>	<b>961.688,45</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-825.833,37		-825.833,37
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>506.597,71</b>		<b>135.855,08</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	1.649.362,91		1.649.362,91
Juros e gastos similares suportados	-48.575,98		-48.575,98
Resultados antes de impostos	2.107.384,64		1.736.642,01
Resultado líquido do período	2.107.384,64		1.736.642,01
	2.107.384,64	-370.742,63	1.736.642,01

### Notas aos ajustamentos e reclassificações:

- (1) Reclassificação dos programas informáticos para activos intangíveis (444.731,57€) e ajustamento das depreciações acumulados referentes a equipamento já em uso (42.870,54€);
- (2) Programas informáticos reclassificados do activo fixo tangível;
- (3) Ajustamentos e reclassificações conforme apresentado na alínea b);
- (4) Subsídios;
- (5) Ajustamentos conforme apresentado na alínea c);
- (6) Pensões de reforma e de sobrevivência.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Cofre, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro, e de um modo geral utilizando o custo histórico como base de mensuração.

#### a) Activos Fixos Tangíveis

##### i) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os activos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade. Na transição para o SNC foram consideradas as quantias anteriormente reavaliadas com base em coeficientes de desvalorização monetária como sendo o custo de tais activos.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção

e reparação são reconhecidas como gasto à medida em que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

##### ii) Métodos de depreciação usados;

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas a partir do momento em se encontram disponíveis para uso numa base sistemática segundo o método da linha recta. Os terrenos não são depreciados.

##### iii) Vidas úteis estimadas;

Activos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 15

A vida útil estimada é objecto de avaliação anual.

#### b) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendimentos ainda que se destinem, essencialmente, a uso dos associados. São mensuradas ao custo deduzido de depreciação e perdas por imparidade. Os custos suportados com as propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedade são reconhecidos como gasto no período a que se referem.

As depreciações das propriedades de investimento são reconhecidas a partir do momento em que se encontram disponíveis para utilização e com base no método da linha recta.

As vidas úteis estimadas, que são anualmente objecto de avaliação, são as seguintes:

Propriedades de investimento	Número de anos
Edifícios e outras construções	50

Os terrenos não são objecto de depreciação.

### c) Activos Intangíveis

#### i) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

O reconhecimento dos activos intangíveis está sujeito aos requisitos da identificabilidade, do poder de controlar a obtenção de benefícios económicos futuros e da existência desses mesmos benefícios.

São inicialmente reconhecidos ao custo, o qual, no caso de aquisições separadas, compreende o preço de compra adicionado de quaisquer custos atribuíveis à preparação do activo para o uso pretendido. Após o reconhecimento inicial, os activos intangíveis com vida útil finita são mensurados com base no modelo de custo, o qual corresponde ao custo inicial deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas. A amortização é feita segundo o método da linha recta ou quotas constantes durante o período de vida útil estimada do activo a partir da data em que se encontra apto para ser usado.

No caso de activos intangíveis com vida útil indefinida, os mesmos, não estando sujeitos a amortização, são objecto de teste de imparidade se existirem indicadores que o justifique. São mensurados ao custo inicial deduzido de perdas de imparidade acumuladas.

Os activos intangíveis referentes a desenvolvimento de software decorrem de aquisições externas.

#### ii) Vidas úteis estimadas;

Activos intangíveis	Número de anos
Programas de computador	3

### d) Imparidade dos activos fixos tangíveis, propriedades de investimento e activos intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis, propriedades de investimento e activos intangíveis com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do activo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas de mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na

rubrica “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (Líquida de depreciações e amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

### e) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Cofre se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os activos e passivos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes critérios:

#### i) Dívidas de sócios e outras contas a receber

As dívidas de sócios e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor sendo subsequentemente mensuradas ao custo ou custo amortizado, deduzido de qualquer imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e de outras contas a receber, são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que as dívidas não são recuperáveis conforme os termos iniciais da operação que lhe está subjacente. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidades diminuam ou desapareçam.

#### ii) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo ou custo amortizado. Os juros correspondentes são reconhecidos na demonstração de resultados no período a que respeitam.

#### iii) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a pagar a fornecedores e a outras entidades encontram-se mensuradas ao custo ou custo amortizado.

#### iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e seus equivalentes” correspondem a valores imediatamente disponíveis.

### f) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

A responsabilidade por benefícios pós-emprego apenas existe relativamente a um conjunto de ex-trabalhadores (já refor-

mados), a qual, ainda que não seja materialmente relevante no conjunto das demonstrações financeiras do Cofre, se encontra adequadamente reconhecida nas demonstrações financeiras.

### g) Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente resultante de um evento passado, seja provável que ocorram saídas de recurso e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa.

Os passivos contingentes correspondem a obrigações possíveis decorrentes de acontecimentos passados mas cuja existência exige confirmação. Por tal facto apenas são objecto de divulgação a menos que seja remota a possibilidade de existência de qualquer exfluxo de recursos.

Decorrente dos respectivos estatutos, o Cofre está obrigado a pagar aos seus associados ou a familiares uma renda vitalícia, após os 65 anos, ou uma prestação social única, a título de subsídio por morte. Tais responsabilidades encontram-se mensuradas com base em estudo actuarial anualmente revisto.

Os principais pressupostos de cálculo são os seguintes:

Taxa de rendimento: 3,5%;

Tábua de mortalidade: TV 73/77;

Taxa de desconto: 3,5%;

Custo de gestão dos benefícios: 8,02% das quotas anuais.

### h) Imposto sobre o rendimento

De acordo com o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, o Cofre é uma instituição isenta de IRC, conforme declaração da Direcção Geral dos Impostos publicada no Diário da República, III série, de 22 de Novembro de 1989.

#### i) Rédito

O rédito relativo a prestações de serviços e a juros decorrentes da actividade normal do Cofre é reconhecido pelo seu justo valor conforme condições definidas para a generalidade dos sócios.

O rédito proveniente dos lares e centros de lazer é reconhecido no período em que os mesmos são utilizados.

O rédito proveniente de juros é reconhecido por utilização do método do juro efectivo.

#### j) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto contabilístico do acréscimo. As diferenças entre montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos como activos ou passivos, conforme se qualifiquem como tal.

### 3.2. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

- As provisões inerentes aos benefícios dos associados;
- As provisões inerentes a benefícios pós-emprego de um conjunto de ex-trabalhadores;
- As imparidades relacionadas com dividas a receber de associados por financiamentos e abonos concedidos;
- A vida útil estimada das propriedades de investimento.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras.

### 3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos do Cofre, estando as estimativas anteriormente divulgadas naturalmente sujeitas a alteração por razões de natureza macroeconómica.

### 3.4. Principais fontes de incerteza:

Não obstante os apoios prestados pelo Cofre aos seus associados para aquisição ou construção de habitação própria estarem garantidos pelo próprio imóvel, existe uma incerteza decorrente da conjuntura económica relativamente à possibilidade de todos os beneficiários poderem cumprir com as respectivas obrigações e à evolução do próprio mercado imobiliário.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e equivalentes:

Descrição	Conta	Montante
Caixa	11	1.264,44
Total de Caixa		1.264,44
Depósitos à ordem	12	1.265.409,21
Depósitos a prazo	13	8.555.000,00
Total de depósitos bancários		9.821.673,65

Todos os depósitos podem ser prontamente mobilizados.

Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa são considerados como referentes à actividade operacional todos os fluxos financeiros relacionados com os apoios de natureza financeira prestados aos associados.

Nestas circunstâncias, apenas são considerados nas actividades de investimento os rendimentos das aplicações financeiras em instituições de crédito e das propriedades de investimento.

## 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As políticas contabilísticas são definidas de forma a dar cumprimento às normas contabilísticas e de relato financeiro e são adoptadas de forma consistente. Qualquer alteração decorrente de novas normas é tratada de acordo com as disposições transitórias nelas consideradas ou, na sua ausência, de forma retrospectiva. As alterações de estimativa têm efeito, conforme as circunstâncias, no próprio exercício em que se constata a alteração, ou nesse exercício e nos seguintes.

No caso da existência de erros materiais os mesmos são tratados retrospectivamente, reexpressando-se a informação do ou dos exercícios anteriores a menos que tal seja impraticável.

## 6. PARTES RELACIONADAS

O Cofre não participa no capital de quaisquer entidades nem é participado por pessoas colectivas.

O pessoal chave da Gestão é remunerado através de senhas de presença em função das reuniões efectuadas conforme nota 14.

## 7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e perdas de imparidade acumuladas.
- As depreciações são efectuadas pelo método da linha recta.
- A vida útil é determinada de acordo com a expectativa de afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras activos tangíveis	Investimento em curso activos tangíveis	Total
<b>Saldos em 01-01-2010</b>								
Quantias brutas	3.665.015,24	19.146.717,86	2.628.871,10	144.790,26	557.368,62	31.105,22	521.413,78	26.695.282,08
Depreciações acumuladas		2.609.256,56	1.939.154,76	136.040,26	511.484,85	28.738,48		5.224.674,91
<b>Quantias líquidas</b>	<b>3.665.015,24</b>	<b>16.537.461,30</b>	<b>689.716,34</b>	<b>8.750,00</b>	<b>45.883,77</b>	<b>2.366,74</b>	<b>521.413,78</b>	<b>21.470.607,17</b>
<b>Movimento em 2010 - Activo fixo</b>								
Aquisições	11.736,60	70.305,07	42.883,38		23.805,97		196.232,76	344.963,78
Alienações								
Abates			(20.267,86)		(40.206,25)			(60.474,11)
Transferências		50.038,15	1.621,03		(1.621,03)		(50.038,15)	
<b>Total do exercício</b>	<b>11.736,60</b>	<b>120.343,22</b>	<b>24.236,55</b>	<b>0,00</b>	<b>(18.021,31)</b>	<b>0,00</b>	<b>146.194,61</b>	<b>284.489,67</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>								
Depreciações do exercício		385.341,22	250.484,71	4.375,00	20.377,09	630,87		661.208,89
Alienações								
Abates			(17.270,67)		(40.206,25)			(57.476,92)
Transferências			1.621,03		(1.621,03)			
<b>Total do exercício</b>	<b>0,00</b>	<b>385.341,22</b>	<b>234.835,07</b>	<b>4.375,00</b>	<b>(21.450,19)</b>	<b>630,87</b>	<b>0,00</b>	<b>603.731,97</b>
<b>Saldos em 31-12-2010</b>								
Quantias brutas	3.676.751,84	19.267.061,08	2.653.107,65	144.790,26	539.347,31	31.105,22	667.608,39	26.979.771,75
Depreciações acumuladas	0,00	2.994.597,78	2.173.989,83	140.415,26	490.034,66	29.369,35	0,00	5.828.406,88
<b>Quantias líquidas</b>	<b>3.676.751,84</b>	<b>16.272.463,30</b>	<b>479.117,82</b>	<b>4.375,00</b>	<b>49.312,65</b>	<b>1.735,87</b>	<b>667.608,39</b>	<b>21.151.364,87</b>

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras activos tangíveis	Investimento em curso activos tangíveis	Total
<b>Saldos em 01-01-2009</b>								
Quantias brutas	3.665.015,24	19.030.849,01	2.349.625,49	144.790,26	487.240,75	33.104,93	450.145,82	26.160.771,50
Depreciações acumuladas		2.226.322,20	1.686.257,29	126.752,76	472.311,89	27.849,25		4.539.493,39
<b>Quantias líquidas</b>	<b>3.665.015,24</b>	<b>16.804.526,81</b>	<b>663.368,20</b>	<b>18.037,50</b>	<b>14.928,86</b>	<b>5.255,68</b>	<b>450.145,82</b>	<b>21.621.278,11</b>
<b>Movimento em 2009 - Activo fixo</b>								
Aquisições		115.868,85	294.724,08		75.573,88	241,07	190.529,94	676.937,82
Alienações								
Abates			(15.478,47)		(5.446,01)	(2.240,78)		(23.165,26)
Transferências							(119.261,98)	(119.261,98)
<b>Total do exercício</b>	<b>0,00</b>	<b>115.868,85</b>	<b>279.245,61</b>	<b>0,00</b>	<b>70.127,87</b>	<b>(1.999,71)</b>	<b>71.267,96</b>	<b>534.510,58</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>								
Depreciações do exercício		382.934,36	266.263,94	9.287,50	43.912,24	2.292,05		704.690,09
Alienações								
Abates			(13.366,47)		(4.739,28)	(1.402,82)		(19.508,57)
Transferências								
<b>Total do exercício</b>	<b>0,00</b>	<b>382.934,36</b>	<b>252.897,47</b>	<b>9.287,50</b>	<b>39.172,96</b>	<b>889,23</b>	<b>0,00</b>	<b>685.181,52</b>
<b>Saldos em 31-12-2009</b>								
Quantias brutas	3.665.015,24	19.146.717,86	2.628.871,10	144.790,26	557.368,62	31.105,22	521.413,78	26.695.282,08
Depreciações acumuladas	0,00	2.609.256,56	1.939.154,76	136.040,26	511.484,85	28.738,48	0,00	5.224.674,91
<b>Quantias líquidas</b>	<b>3.665.015,24</b>	<b>16.537.461,30</b>	<b>689.716,34</b>	<b>8.750,00</b>	<b>45.883,77</b>	<b>2.366,74</b>	<b>521.413,78</b>	<b>21.470.607,17</b>

## 8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O cofre optou por contabilizar as suas propriedades de investimento segundo o modelo do custo, conforme referido na nota 3.

As depreciações são efectuadas pelo método da linha recta, sendo a estimativa de vida útil dos edifícios de 50 anos.

O movimento registado nos exercícios de 2010 e 2009, quer relativamente ao investimento quer relativamente às depreciações, é o que se apresenta nos mapas seguintes:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
<b>Saldos em 01-01-2010</b>			
Quantias brutas	1.379.808,85	6.057.163,74	7.436.972,59
Depreciações acumuladas		2.342.877,97	2.342.877,97
Quantias líquidas	1.379.808,85	3.714.285,77	5.094.094,62
<b>Movimento em 2010</b>			
<b>Propriedades de investimento</b>			
Aquisições	25.550,00	179.695,75	205.245,75
Total do exercício	25.550,00	179.695,75	205.245,75
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Depreciações do exercício		124.737,20	124.737,20
Total do exercício	0,00	124.737,20	124.737,20
<b>Saldos em 31-12-2010</b>			
Quantias brutas	1.405.358,85	6.236.859,49	7.642.218,34
Depreciações acumuladas		2.467.615,17	2.467.615,17
<b>Quantias líquidas</b>	<b>1.405.358,85</b>	<b>3.769.244,32</b>	<b>5.174.603,17</b>

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
<b>Saldos em 01-01-2009</b>			
Quantias brutas	1.379.808,85	5.808.157,20	7.187.966,05
Depreciações acumuladas		2.221.734,69	2.221.734,69
Quantias líquidas	1.379.808,85	3.586.422,51	4.966.231,36
<b>Movimento em 2009</b>			
<b>Propriedades de investimento</b>			
Aquisições		249.006,54	249.006,54
Total do exercício	0,00	249.006,54	249.006,54
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Depreciações do exercício		121.143,28	121.143,28
Total do exercício	0,00	121.143,28	121.143,28
<b>Saldos em 31-12-2009</b>			
Quantias brutas	1.379.808,85	6.057.163,74	7.436.972,59
Depreciações acumuladas		2.342.877,97	2.342.877,97
<b>Quantias líquidas</b>	<b>1.379.808,85</b>	<b>3.714.285,77</b>	<b>5.094.094,62</b>

Os rendimentos provenientes das propriedades de investimento apresentados na demonstração dos resultados são os seguintes:

Rendas	317.830,75 €
--------	--------------

O justo valor das propriedades de investimento não se encontra determinado à data de 31 de Dezembro de 2010. Contudo, não são conhecidos dados objectivos que levem a considerar que o justo valor não seja superior ao custo.

## 9. ACTIVOS INTANGÍVEIS

a) Os activos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

b) As depreciações são efectuadas pelo método da linha recta.

c) A vida útil é determinada de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Programas computador	Desenvolvimento software em curso	Total
<b>Saldos em 01-01-2010</b>			
Quantias brutas	113.078,54	398.651,64	511.730,18
Amortizações acumuladas	66.998,61		66.998,61
<b>Quantias líquidas</b>	<b>46.079,93</b>	<b>398.651,64</b>	<b>444.731,57</b>
<b>Movimento em 2010</b>			
<b>Activo intangível</b>			
Aquisições			
Alienações			
Abates			
Transferência			
<b>Total do exercício</b>	<b>46.079,93</b>	<b>398.651,64</b>	<b>444.731,57</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>			
Amortizações do exercício	24.835,08		24.835,08
Alienações			
Abates			
Transferência			
<b>Total do exercício</b>	<b>24.835,08</b>	<b>0,00</b>	<b>24.835,08</b>
<b>Saldos em 31-12-2010</b>			
Quantias brutas	113.078,54	398.651,64	511.730,18
Amortizações acumuladas	91.833,69		91.833,69
<b>Quantias líquidas</b>	<b>21.244,85</b>	<b>398.651,64</b>	<b>419.896,49</b>

Descrição	Programas computador	Desenvolvimento software em curso	Total
<b>Saldos em 01-01-2009</b>			
Quantias brutas	49.206,78	314.696,20	363.902,98
Amortizações acumuladas	45.690,15		45.690,15
<b>Quantias líquidas</b>	<b>94.896,93</b>	<b>314.696,20</b>	<b>409.593,13</b>
<b>Movimento em 2009</b>			
<b>Activo intangível</b>			
Aquisições	63.871,76	83.955,44	147.827,20
Alienações			
Abates			
Transferência			
<b>Total do exercício</b>	<b>63.871,76</b>	<b>83.955,44</b>	<b>147.827,20</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>			
Amortizações do exercício	21.308,46		21.308,46
Alienações			
Abates			
Transferência			
<b>Total do exercício</b>	<b>21.308,46</b>	<b>0,00</b>	<b>21.308,46</b>
<b>Saldos em 31-12-2009</b>			
Quantias brutas	113.078,54	398.651,64	511.730,18
Amortizações acumuladas	66.998,61		66.998,61
<b>Quantias líquidas</b>	<b>46.079,93</b>	<b>398.651,64</b>	<b>444.731,57</b>

## 10. RÉDITO

O Cofre reconhece o rédito de acordo com os critérios definidos na alínea i) do ponto 3.

A quantia significativa de cada categoria de rédito reconhecida durante o período apresenta-se como segue:

Rubricas	2010	2009	Varição
<b>Prestações de serviços</b>			
Mensalidades de utentes	835.969,50	690.575,70	145.393,80
Centros de Lazer	678.270,49	654.554,99	23.715,50
Comissões	28.142,57	24.535,82	3.606,75
<b>Total</b>	<b>1.542.382,56</b>	<b>1.369.666,51</b>	<b>172.716,05</b>
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>			
Quotização	3.294.643,34	3.221.133,54	73.509,80
Subsídios prescritos	1.084,32	30.302,41	-29.218,09
Rendas e outros rendimentos em propriedade Investimento	317.830,75	295.539,20	22.291,55
Outros	46.622,38	29.471,19	17.151,19
<b>Total</b>	<b>3.660.180,79</b>	<b>3.576.446,34</b>	<b>83.734,45</b>
<b>Juros</b>			
Depósitos bancários	894,22	3.964,11	-3.069,89
Títulos da dívida pública	11.176,62	11.176,62	0,00
Empréstimos de financiamento	1.375.954,07	1.321.931,15	54.022,92
Outros investimentos financeiros	192.484,16	290.014,56	-97.530,40
Outros juros	29.883,06	22.276,47	7.606,59
<b>Total</b>	<b>1.610.392,13</b>	<b>1.649.362,91</b>	<b>-38.970,78</b>
<b>Total</b>	<b>6.812.955,48</b>	<b>6.595.475,76</b>	<b>217.479,72</b>

## 11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

O valor dos compromissos que não figuram no balanço, relativos a subsídios por morte, inscritos e vencidos, ascendem, respectivamente, a 124.666.855,63 € e 120.181.783,60 €. Todavia, segundo o estudo actuarial efectuado com referência a 31 de Dezembro de 2010 e que toma em consideração os

rendimentos esperados dos activos do Cofre, as responsabilidades inerentes às reservas matemáticas, ascendiam, de acordo com os pressupostos considerados, a 9.363.092,00 €.

Em face deste estudo procedeu-se ao seguinte reforço da provisão:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para subsídios por morte	8.482.529,00	401.481,00		8.884.010,00
Provisões para rendas vitalícias	115.892,00	7.664,00		123.556,00
Provisões para pensões reforma e sobrevivência	428.561,00		(73.035,00)	355.526,00
<b>Total</b>	<b>9.026.982,00</b>	<b>409.145,00</b>	<b>(73.035,00)</b>	<b>9.363.092,00</b>

À data de 31 de Dezembro de 2010 não existiam passivos e activos contingentes.

## 12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Bases de mensuração utilizadas relativamente a instrumentos financeiros são as referidas na alínea e) do ponto 3.

Os principais activos e passivos financeiros são os seguintes:

### 12.1. Sócios e outras contas a receber

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Sócios m/l prazo	22.311.599,19	19.323.720,17
Sócios curto prazo	5.990.087,73	6.702.295,74
Utentes/Clientes	41.099,83	54.217,34
Outras contas a receber	189.602,41	77.951,71
<b>Total</b>	<b>28.532.389,16</b>	<b>26.158.184,96</b>

As Dívidas de sócios (curto prazo e médio e longo prazos) são mensuradas ao custo ou custo amortizado deduzido de

eventuais perdas por imparidade por insuficiência das garantias prestadas.

Nas referidas dívidas incluem-se os financiamentos concedidos na forma de abonos reembolsáveis e financiamentos à habitação, nos termos das respectivas disposições estatutárias. O rendimento decorrente dos juros obtidos é considerado no período a que respeitam de acordo com o método do juro efectivo.

## 12.2. Fornecedores e outras contas a pagar

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Fornecedores	109.446,97	99.852,22
Adiantamentos de Utentes/Cientes	15.721,99	15.539,89
Sócios	474.811,19	489.714,55
Utentes/Cientes	132.791,54	102.432,77
Outras contas a pagar	385.049,38	248.655,99
<b>Total</b>	<b>1.117.821,07</b>	<b>956.195,42</b>

## 12.3. Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
<b>Dívidas a receber</b>				
Sócios c/ seguros de vida	22.769,63	5.727,45		28.497,08
Sócios c/ cobrança duvidosa	1.227.163,11	316.466,02		1.543.629,13
<b>Total</b>	<b>1.249.932,74</b>	<b>322.193,47</b>	<b>0,00</b>	<b>1.572.126,21</b>

Além dos sócios de cobrança duvidosa indicados, existem ainda outras dívidas em situação de incumprimento incluídas nas seguintes rubricas de Balanço:

- Empréstimos de financiamento para habitação – 1.900.162,63 €
- Prestações financiamento à habitação – 960.640,61 €

Relativamente a estas dívidas não se considera que existam perdas por imparidade por garantidas por hipotecas dos imóveis e contratos de Propriedade Resolúvel.

## 12.4. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de “Financiamentos obtidos” manteve o mesmo valor 2.000.000,00 € (Conta Caucionada).

## 12.5. Outros activos financeiros

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Títulos dívida pública	246.203,35		-66.560,00	179.643,35
Fundo de tesouraria	91.950,00		-1.009,41	90.940,59
<b>Total</b>	<b>338.153,35</b>	<b>0,00</b>	<b>-67.569,41</b>	<b>270.583,94</b>

## 13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>Estado e outros entes públicos</b>		
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado	37.152,95	29.669,98
<b>Total</b>	<b>37.152,95</b>	<b>29.669,98</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre rendimento	11.359,29	10.316,46
Restantes impostos	829,04	36,00
Contribuições para a segurança social	21.756,26	22.285,03
<b>Total</b>	<b>33.944,59</b>	<b>32.637,49</b>

## 14. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de “diferimentos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>Diferimentos</b>		
<b>Activo</b>		
Gastos a reconhecer	50.749,64	52.291,58
<b>Total</b>	<b>50.749,64</b>	<b>52.291,58</b>
<b>Passivo</b>		
Rendimento a reconhecer	2.619,95	1.560,72
<b>Total</b>	<b>2.619,95</b>	<b>1.560,72</b>

## 15. OUTRAS VARIAÇÕES NO FUNDO SOCIAL

A rubrica outras variações no fundo social integra os excedentes das reavaliações livres efectuadas nos exercícios anteriores com base em coeficientes de desvalorização monetária. Tais excedentes apresentam-se como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
<b>Activo fixo tangível</b>				
Terrenos e Recursos Naturais	508.751,36			508.751,36
Edifícios e Outras Construções	415.189,95		23.816,24	391.373,71
	923.941,31	0,00	23.816,24	900.125,07
<b>Propriedades de investimento</b>				
Terrenos e Recursos Naturais	1.132.248,78			1.132.248,78
Edifícios e Outras Construções	1.455.302,22		70.842,44	1.384.459,78
	2.587.551,00	0,00	70.842,44	2.516.708,56
<b>Total</b>	<b>3.511.492,31</b>	<b>0,00</b>	<b>94.658,68</b>	<b>3.416.833,63</b>

Os movimentos de reduções foram efectuados por incorporação no fundo social e correspondem à realização parcial, através das depreciações anuais, e realização total por alienação de investimentos.

## 16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Fornecimentos e Serviços Externos	2010	2009
Subcontratos	288.224,00	276.818,00
Comunicação	145.025,23	106.317,29
Conservação e Reparação	120.031,10	162.355,39
Trabalhos Especializados	110.504,69	92.983,01
Electricidade	99.071,07	86.788,27
Géneros Alimentares	95.886,34	81.808,66
Limpeza, Higiene e Conforto	77.937,66	61.025,56
Honorários	66.640,00	66.705,00
Gás	51.410,36	43.674,85
Contencioso e Notariado	39.746,95	1.888,78
Água	36.773,27	46.320,13
Seguros	31.439,64	33.079,83
Outros Fornecim. e Serviços		
Outros	27.612,18	24.388,73
Material de Escritório	18.087,26	15.420,92
Artigos para Oferta	8.219,61	7.554,89
Publicidade e Propaganda	7.094,37	6.655,29
Diversos	14.364,35	13.187,14
<b>Total</b>	<b>1.238.068,08</b>	<b>1.126.971,74</b>

## 17. BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com pessoal	2010	2009
Remunerações Órgãos Sociais	36.638,94	34.698,56
Vencimentos e outros	1.291.284,41	1.247.989,36
Encargos	240.436,98	245.058,07
Pensões	-821,95	0,00
<b>Total</b>	<b>1.567.538,38</b>	<b>1.527.745,99</b>

A rubrica “gastos com o pessoal” inclui gastos com a medicina no trabalho, formação, seguro de acidentes de trabalho e pessoais.

As dívidas activas respeitam a abonos reembolsáveis indexados ao vencimento, as quais em 31 de Dezembro ascendiam a 138.021,72 euros.

O número de pessoas ao serviço do Cofre:

	2010	2009
Dirigentes	4	4
Funcionários	79	77
Programa de estágio profissional IIEFP	5	1
Estágio profissional a aguardar aprovação da candidatura pelo IIEFP	1	-
Contrato de emprego e inserção IIEFP	3	4

## 18. OUTROS GASTOS E PERDAS

Rubricas	2010	2009	Varição
Outros gastos e perdas			
Gastos em propriedades de investimento	63.485,86	55.479,80	8.006,06
Gastos de previdência social	1.042.202,36	1.027.471,19	14.731,17
Outros	45.445,96	48.311,09	17.151,19
<b>Total</b>	<b>1.151.134,18</b>	<b>1.131.262,08</b>	<b>83.734,45</b>

Nos gastos de previdência social incluem-se os reforços da provisão calculada com base em estudo actuarial, conforme divulgados na nota 11 (409.145,00 € em 2010 e 457.639,00 € em 2009).

## 19. RENDIMENTOS E GASTOS POR ACTIVIDADES

RUBRICAS	Lares	Centros de férias	Propriedades de investimento	Outras operações com associados	Sede e outras actividades	Total
<b>RENDIMENTOS</b>						
Prestação de serviços	835.969,50	678.270,49			28.142,57	1.542.382,56
Quotização					3.294.643,34	3.294.643,34
Outros rendimentos			317.830,75	1.375.954,07	282.144,76	1.975.929,58
<b>Total</b>	<b>835.969,50</b>	<b>678.270,49</b>	<b>317.830,75</b>	<b>1.375.954,07</b>	<b>3.604.930,67</b>	<b>6.812.955,48</b>
<b>GASTOS</b>						
Fornecimentos e serviços externos	333.723,86	458.891,72			445.452,50	1.238.068,08
Gastos com o pessoal	589.303,51				978.234,87	1.567.538,38
Gastos previdência social					1.042.202,36	1.042.202,36
Gastos de depreciação e amortização	217.466,00	402.935,59	124.737,20		65.642,38	810.781,17
Outros gastos			63.485,86		463.711,59	527.197,45
<b>Total</b>	<b>1.140.493,37</b>	<b>861.827,31</b>	<b>188.223,06</b>	<b>0,00</b>	<b>2.995.243,70</b>	<b>5.185.787,44</b>
<b>RESULTADO 2010</b>	<b>-304.523,87</b>	<b>-183.556,82</b>	<b>129.607,69</b>	<b>1.375.954,07</b>	<b>609.686,97</b>	<b>1.627.168,04</b>
<b>RESULTADO 2009</b>	<b>-401.874,08</b>	<b>-246.785,57</b>	<b>118.916,12</b>	<b>1.321.931,15</b>	<b>944.454,39</b>	<b>1.736.642,01</b>

## 20. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras apresentadas foram autorizadas para emissão em reunião da Direcção em 7 de Abril de 2011.

De referir que não obstante tal autorização as demonstrações financeiras ainda serão objecto de aprovação em Assembleia-geral de sócios.

# Mapas complementares

DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS  
E AS DESPENDIDAS NO ANO 2010

MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO  
E QUOTIZAÇÃO DE 2010

CASAS ADQUIRIDAS OU HIPOTECAS TRANSFERIDAS  
DURANTE O ANO DE 2010

## Diferença entre es Verbas Orçamentadas e as Despendidas no ano de 2010

Unidade: €

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		DESPENDIDO	SALDO
		INICIAL	RECTIFICADO		
01.01.03	Pessoal dos quadros - regime de função pública	913.000,00	885.000,00	850.264,16	34.735,84
01.01.04	Pessoal dos quadros - regime cont.indiv.trabalho	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.01.06	Pessoal contratado a termo	26.000,00	39.500,00	36.566,19	2.933,81
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	5.000,00	5.000,00	1.740,67	3.259,33
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	3.000,00	3.000,00	1.063,72	1.936,28
01.01.11	Representação	5.000,00	5.000,00	3.734,52	1.265,48
01.01.13	Subsídio de refeição	89.000,00	89.000,00	77.105,81	11.894,19
01.01.14	Subsídio de férias e de Natal	158.000,00	158.000,00	144.593,08	13.406,92
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	5.000,00	5.000,00	4.840,16	159,84
01.02.02	Horas extraordinárias	15.000,00	25.000,00	23.222,93	1.777,07
01.02.04	Ajudas de custo	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
01.02.05	Abono para falhas	4.000,00	4.000,00	3.658,83	341,17
01.02.06	Formação	50.000,00	50.000,00	144,00	49.856,00
01.02.07	Colaboração técnica e especializada	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.02.11	Subsídio de turno	30.000,00	30.000,00	25.783,42	4.216,58
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00
01.02.13	Outros suplementos e prémios	135.000,00	135.000,00	120.714,73	14.285,27
01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie				
	A- Remunerações de corpos gerentes	37.000,00	38.000,00	36.638,94	1.361,06
	B- Outros abonos em numerário ou espécie	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.03.01	Encargos com a saúde	50.000,00	50.000,00	30.894,77	19.105,23
01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	11.000,00	11.000,00	9.250,99	1.749,01
01.03.04	Outras prestações familiares	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.03.05	Contribuições para a segurança social	179.000,00	179.000,00	171.062,17	7.937,83
01.03.08	Outras pensões	93.000,00	93.000,00	72.213,05	20.786,95
01.03.09	Seguros	20.000,00	23.500,00	23.306,90	193,10
01.03.10	Outras despesas de segurança social	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.01.01	Matérias primas e subsidiárias	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	40.000,00	55.000,00	49.740,05	5.259,95
02.01.04	Limpeza e higiene	40.500,00	44.500,00	44.144,33	355,67
02.01.06	Alimentação - géneros para confeccionar	103.000,00	103.000,00	92.736,82	10.263,18
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	3.000,00	3.000,00	902,60	2.097,40
02.01.08	Material de escritório	18.500,00	19.500,00	19.058,85	441,15
02.01.11	Material de consumo clínico	6.500,00	6.500,00	1.902,98	4.597,02
02.01.13	Material de consumo hoteleiro	8.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	9.000,00	11.000,00	7.502,09	3.497,91
02.01.17	Ferramentas e utensílios	14.000,00	4.000,00	731,45	3.268,55
02.01.18	Livros e documentação técnica	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.01.21	Outros bens	35.000,00	20.000,00	15.716,15	4.283,85
02.02.01	Encargos das instalações	134.000,00	142.000,00	138.094,76	3.905,24
02.02.02	Limpeza e higiene	33.000,00	33.000,00	27.030,27	5.969,73
02.02.03	Conservação de bens	94.800,00	107.800,00	105.373,51	2.426,49
	<b>A transportar</b>	<b>2.380.300,00</b>	<b>2.391.300,00</b>	<b>2.139.732,90</b>	<b>251.567,10</b>

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		DESPENDIDO	SALDO
		INICIAL	RECTIFICADO		
	<b>Transporte</b>	<b>2.380.300,00</b>	<b>2.391.300,00</b>	<b>2.139.732,90</b>	<b>251.567,10</b>
02.02.09	Comunicações	112.000,00	130.000,00	129.004,78	995,22
02.02.10	Transportes	2.000,00	2.000,00	1.670,21	329,79
02.02.11	Representações dos serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00
02.02.12	Seguros	41.000,00	41.000,00	29.946,05	11.053,95
02.02.13	Deslocações e estadas	6.000,00	6.000,00	2.589,88	3.410,12
02.02.14	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00
02.02.15	Formação	5.000,00	5.000,00	900,00	4.100,00
02.02.17	Publicidade	7.000,00	17.000,00	16.972,27	27,73
02.02.18	Vigilância e segurança	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
02.02.19	Assistência técnica	10.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
02.02.20	Outros trabalhos especializados	467.000,00	499.000,00	495.857,75	3.142,25
02.02.25	Outros serviços	70.700,00	110.700,00	108.324,87	2.375,13
03.05.02	Outros juros	35.000,00	35.000,00	28.502,75	6.497,25
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
04.08.02	A-Subsídios por morte, de luto e funeral	350.000,00	350.000,00	342.327,11	7.672,89
04.08.02	B-Reembolsos de vencimentos perd.por doença	72.000,00	84.000,00	82.611,91	1.388,09
04.08.02	C-Quotas a restituir - Artº 14º dos Estatutos	16.000,00	53.000,00	52.989,61	10,39
04.08.02	D-Rendas Vitalícias	10.000,00	16.000,00	15.234,58	765,42
04.08.02	E-Subsídios Sociais	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
06.01.00	Dotação provisional	10.000,00	0,00	0,00	0,00
06.02.01	Impostos e taxas	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
06.02.03	A-Restituições	3.000,00	3.000,00	911,68	2.088,32
06.02.03	B-Diversos	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
07.01.02	Habitacões	180.000,00	180.000,00	118.377,72	61.622,28
07.01.03	Edifícios	2.535.000,00	2.065.000,00	278.543,92	1.786.456,08
07.01.04	Construções diversas	12.000,00	12.000,00	0,00	12.000,00
07.01.05	Melhoramentos fundiários	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
07.01.06	Equipamento de transporte	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00
07.01.07	Material de informática	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00
07.01.09	Equipamento administrativo	10.000,00	33.000,00	31.441,03	1.558,97
07.01.10	Equipamento básico	215.000,00	85.000,00	36.202,43	48.797,57
07.01.12	Artigos e objectos de valor	2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00
07.01.15	Outros investimentos	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
09.05.03	Soc. financeiras-Bancos e out.instit.financ. (c/prazo)	935.000,00	935.000,00	0,00	935.000,00
09.06.03	Soc. financeiras-Bancos e out.instit.financ. (m/prazo)	2.440.000,00	2.440.000,00	0,00	2.440.000,00
09.06.13	A-Propriedade resolúvel	3.000.000,00	2.750.000,00	2.579.905,64	170.094,36
09.06.13	B-Beneficiação em casa dos sócios	300.000,00	150.000,00	128.511,40	21.488,60
09.06.13	C-Subsídios reembolsáveis	6.000.000,00	6.800.000,00	6.748.260,00	51.740,00
09.06.13	D-Outros empréstimos ou adiantamentos	70.000,00	106.000,00	105.162,00	838,00
09.06.13	E-Emprést. pª construção e beneficiação, concedidos em anos anteriores - 2ª tranche e seguintes	20.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00
10.06.03	Socied. Financ. Bancos e out. inst. Financeiras	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
12.01	Operações de Tesouraria - entrega receita Estado	500.000,00	500.000,00	456.705,60	43.294,40
12.02	Outras operações de Tesouraria	1.000.000,00	1.000.000,00	369.557,26	630.442,74
	<b>Total</b>	<b>22.859.000,00</b>	<b>22.859.000,00</b>	<b>14.300.243,35</b>	<b>8.558.756,65</b>

## Mapa do Movimento Associativo e Quotização de 2010

IDADE	Nº SÓCIOS	SUBSÍDIOS INSCRITOS	SUBSÍDIOS VENCIDOS	QUOTA ANUAL	IDADE	Nº SÓCIOS	SUBSÍDIOS INSCRITOS	SUBSÍDIOS VENCIDOS	QUOTA ANUAL
19	1	5.000,00	0,00	92,40	Transporte	33.443	108.594.528,48	103.155.464,37	2.804.900,76
21	1	4.025,00	4.025,00	43,08	62	1218	2.209.041,19	2.331.335,40	78.876,36
22	3	15.000,00	10.200,00	301,20	63	1061	1.816.033,08	1.937.573,70	66.000,36
23	5	23.250,00	14.125,00	367,32	64	1023	1.603.965,01	1.703.937,64	58.980,12
24	12	49.525,00	29.753,50	854,16	65	955	1.391.039,20	1.475.051,26	52.454,88
25	19	83.600,00	38.175,00	1.322,64	66	808	1.100.756,81	1.198.277,14	40.786,92
26	26	113.050,00	84.622,00	2.080,32	67	756	849.613,38	911.779,32	30.284,64
27	53	226.850,00	137.496,00	3.886,20	68	686	790.981,21	853.317,46	29.033,28
28	82	351.375,00	277.314,00	6.448,80	69	660	621.850,65	669.337,02	21.341,64
29	100	422.900,00	339.114,50	8.111,76	70	662	589.274,89	635.950,10	19.651,08
30	159	666.029,20	514.265,02	11.865,36	71	713	531.330,04	563.051,92	16.841,40
31	210	886.727,53	743.554,95	15.976,20	72	673	457.699,21	483.254,45	14.784,36
32	284	1.204.356,70	1.071.153,36	22.395,60	73	688	422.699,64	450.198,43	13.908,60
33	474	1.996.560,80	1.811.386,96	37.518,48	74	729	407.201,67	426.649,67	11.841,00
34	582	2.436.427,61	2.212.980,76	46.515,84	75	736	403.827,10	430.936,62	12.237,12
35	666	2.763.323,18	2.568.124,22	52.721,16	76	705	333.018,97	348.319,00	8.598,36
36	746	3.067.417,47	2.750.661,27	59.234,16	77	699	333.692,46	355.045,88	9.126,72
37	764	3.155.795,65	2.849.113,98	62.111,52	78	716	295.047,03	307.521,99	6.636,72
38	749	3.127.840,19	2.838.891,96	62.791,80	79	651	245.312,69	250.704,66	4.554,12
39	820	3.408.170,16	3.062.226,89	69.976,80	80	635	237.067,41	245.011,23	4.416,12
40	762	3.237.450,43	2.830.014,79	67.486,68	81	546	192.061,41	194.899,55	3.330,72
41	703	2.954.429,32	2.638.144,08	62.347,68	82	552	194.336,80	196.843,74	3.241,92
42	762	3.163.274,14	2.820.609,08	68.751,84	83	455	162.789,04	165.236,11	2.664,60
43	760	3.096.794,17	2.841.068,06	68.811,96	84	455	154.925,92	156.681,67	2.599,32
44	908	3.671.707,24	3.294.578,98	84.505,92	85	425	141.041,74	144.252,97	2.555,40
45	946	3.717.371,82	3.435.767,49	89.365,56	86	392	134.070,13	135.416,87	2.238,96
46	1040	4.060.540,51	3.699.549,64	99.288,36	87	302	100.634,78	101.053,77	1.599,96
47	1050	4.032.131,97	3.781.472,07	100.715,16	88	281	94.837,74	96.503,71	1.698,00
48	1174	4.210.069,19	3.989.469,07	108.295,08	89	226	77.574,41	77.574,41	1.161,60
49	1333	4.585.064,25	4.409.473,11	118.199,04	90	167	51.895,50	51.895,50	775,68
50	1565	5.131.683,27	4.935.107,93	136.920,48	91	100	32.083,81	32.083,81	480,12
51	1493	4.719.006,67	4.654.337,77	128.059,92	92	86	26.196,97	26.196,97	391,20
52	1479	4.620.619,57	4.520.399,06	130.557,24	93	88	27.125,74	27.125,74	405,24
53	1510	4.402.915,48	4.406.531,35	126.785,52	94	56	14.202,54	14.202,54	211,92
54	1395	4.100.594,90	4.110.318,46	124.428,00	95	38	11.676,91	11.676,91	175,08
55	1532	4.247.910,10	4.337.015,97	132.674,52	96	30	6.727,81	6.727,81	100,20
56	1589	4.221.877,26	4.291.726,55	135.645,24	97	16	5.642,42	5.642,42	84,36
57	1573	3.922.947,22	3.982.969,05	130.655,40	98	9	2.150,82	2.150,82	32,04
58	1651	3.622.413,61	3.677.298,12	119.688,72	99	6	1.371,70	1.371,70	20,52
59	1653	3.330.730,45	3.441.248,42	112.266,00	100	2	232,44	232,44	3,48
60	1550	3.024.602,53	3.086.752,55	104.836,92	101	3	997,60	997,60	15,00
61	1259	2.513.170,89	2.614.428,40	90.000,72	102	1	299,28	299,28	4,44
A transportar	33.443	108.594.528,48	103.155.464,37	2.804.900,76	Total	52.453	124.666.855,63	120.181.783,60	3.329.044,32



DE ACORDO COM O **REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**, O CONTEÚDO DA PÁGINA FOI RETIRADO POR CONTER DADOS PESSOAIS.

“O Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, que é o novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia (UE), estabelece as regras relativas ao tratamento, por uma pessoa, uma empresa ou uma organização, de dados pessoais relativos a pessoas na UE.

Para além do reforço da proteção jurídica dos direitos dos titulares dos dados, o RGPD define novas regras e procedimentos do ponto de vista tecnológico.”

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO (COFRE), as quais compreendem o Balanço individual em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 65.458.414 euros e um total de capital próprio de 52.940.936 euros, incluindo um resultado líquido de 1.627.168 euros), a Demonstração individual dos resultados por naturezas, a Demonstração individual das alterações no capital próprio e a Demonstração individual dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do COFRE, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

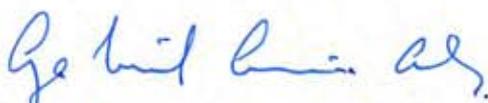
### **Ênfases**

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

8.1 De acordo com o referido na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, o COFRE adoptou, a partir de 1 de Janeiro de 2010, o Sistema de Normalização Contabilística tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2009. Por tal facto, a informação financeira referente ao exercício de 2009 foi reexpressa de acordo com as novas normas de modo a assegurar a respectiva comparabilidade.

8.2 Conforme divulgado na Nota 12.3 do mesmo Anexo existem dívidas a receber referentes a sócios em situação de incumprimento, no total de cerca de 2.860 milhares de euros (cerca de 2.400 milhares de euros no ano anterior), as quais, por estarem abrangidas por garantias reais, não se considera que estejam sujeitas a perdas por imparidade.

Lisboa, 8 de Abril de 2011



Baptista da Costa & Associados, SROC, S.A.  
representada por Dr. Gabriel Correia Alves, ROC

# Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exercício de 2010

Nos termos da legislação aplicável e da alínea e) do artigo nº 104ª dos Estatutos do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado (CPFAE), o Conselho Fiscal emite o seguinte parecer sobre o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

O Conselho não acompanhou a evolução da actividade do Cofre nem exerceu a fiscalização regular das contas relativamente ao exercício acima referido, em virtude de os seus membros terem sido eleitos para o triénio que se iniciou em Janeiro de 2011.

No entanto, tendo em consideração

- O relatório e certificação do auditor independente relativo ao exercício de 2010;
- O relatório da Direcção referente ao mesmo período, que permite avaliar os aspectos relevantes da actividade desenvolvida no âmbito do mesmo;
- As informações dadas pela responsável dos Serviços Financeiros do Cofre;
- O balanço e a demonstração dos resultados constantes daquele relatório, bem como os mapas obrigatórios referentes à gestão financeira e à contabilidade da Instituição, que permitem o conhecimento da respectiva situação patrimonial e financeira no final do exercício em causa,

o Conselho Fiscal é de parecer que o Relatório e Contas objecto de análise estão em condições de serem aprovados.

Lisboa, 11 de Abril de 2011

O Conselho Fiscal

*Elder Carlos de Sousa Fernandes*

*Hilário Estêvão Cochicho Modas*

*Rufino Valente Martins Silva*

